

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 187/188

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE DEZEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 037/2000

Curitiba, 08.12.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, no valor de R\$632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a criação de obras não previstas no Orçamento para o ano de 2000.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria universidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no Artigo 1º e Anexo I desta lei, ficam criadas as obras, conforme Anexo III desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRÉSCIMO
DE DESPESAANEXO I
ANEXOFL. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4534	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste					
2203	Administração e Manutenção do Ensino Superior na Unioeste	4490.51	50	L	482.000	0415
			81	L	40.000	0415
			82	L	20.000	0415
			84	L	90.000	0415
TOTAL					632.000	

REDUÇÃO
DE DESPESAANEXO II
ANEXOFL. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4534	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste					
2203	Administração e Manutenção do Ensino Superior na Unioeste	4490.52	50	L	482.000	0415
			81	L	40.000	0415
			82	L	20.000	0415
			84	L	90.000	0415
TOTAL					632.000	

ACRÉSCIMO
DE OBRASANEXO III
ANEXOFL. 02
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4534	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste				
2203	Administração e Manutenção do Ensino Superior na Unioeste				
230	Cascavel				
0001	Executar Obras de Infra-Estrutura no Campus de Cascavel	50	L	300.000	0415
330	Foz do Iguaçu				
0004	Executar Obras de Infra-Estrutura no Campus de Foz do Iguaçu	50	L	50.000	0415
498	Marechal Cândido Rondon				
0002	Executar Obras de Infra-Estrutura no Campus de Marechal Cândido Rondon	50	L	110.000	0415
		81	L	40.000	0415
		82	L	20.000	0415
		84	L	90.000	0415
836	Toledo				
0003	Executar Obras de Infra-Estrutura no Campus de Toledo	50	L	22.000	0415
TOTAL		O.F.	L	632.000	

À Diretoria Legislativa.

Indicação:

Senhor Presidente.

Os deputados, abaixo assinados, vêm através do presente indicarem os membros para a composição da Liderança Suprapartidária Independente - LSI, conforme segue:

Membros: Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Ricardo Chab, Augustinho Zucchi, Antonio Carlos Belinati, Edno Guimarães, Divanir Braz Palma, Geraldo Cartário, Renato Gaucho, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Luiz Fernandes da Silva

Litro, Moysés Leônidas, Tiago Amorim Novaes, Hidekazu Takayama, Cesar Seleme.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2508

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, preferência na discussão e vota-

ção para as Emendas nº 11 e 12, oferecidas no Projeto de Lei nº 399/2000, item 02, em 2ª discussão, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2509

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM preferência de discussão e votação para as emendas nºs 08 e 09, sobre as demais emendas, inclusive sobre o Substitutivo Geral, relativas ao Projeto de Lei nº 399/2000, que dispõe sobre alterações na Lei nº 11.280, 26 de dezembro de 1995, Lei do IPVA.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON, ORLANDO PESSUTI, HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO, ADEMIR BIER E WALDYR PUGLIESI.

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Artigo 107, Inciso I, do Regimento Interno respeitosamente, REQUEREM, a transformação do Plenário em Comissão Geral, no dia 14 de dezembro de 2000, para apreciação de Projeto de Decreto Legislativo, que trata de sustação dos efeitos dos Decretos 3110 e 3112, do Poder Executivo, publicada nos Diários Oficiais dos dias 05 e 06 do corrente mês.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, 13.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, ANTONIO ANNIBELLI, RENATO GAUCHO, LUIZ CARLOS ZUK, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, ALGACI TULIO, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA, SÉRGIO SPADA, JOSÉ MARIA FERREIRA, MOYSÉS LEÔNIDAS, ANTONIO CARLOS BELINATI, CAÍTO QUINTANA, ÂNGELO VANHONI, GERALDO CARTÁRIO, ORLANDO PESSUTI, BERALDIN, ADEMIR BIER, DIVANIR BRAZ PALMA, EDSON STRAPASSON, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO e PASTOR EDSON PRACZYK.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam sustadas, nos termos do artigo 54, inciso XIX, alínea “a” c/c artigo 54, inciso XXVI da Constituição do Estado do Paraná, as nomeações dos senhores Caio Márcio Nogueira Soares e Jaime Tadeu Lechinski, para o cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, efetuadas pelo governador do Estado do Paraná através dos Decretos nºs 3110 e 3112, publicados respectivamente nos Diários Oficiais dos dias 05 e 06 de dezembro de 2000.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Waldyr Pugliesi, Renato Gaúcho, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário, Algaci Tulio, Ademir Bier, Beraldin, Luiz Fernandes da Silva Litro, Divanir Braz Palma e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

As nomeações efetuadas pelo governador do Estado do Paraná através dos Decretos nºs 3110 e 3112, publicados nos dias 05 e 06 de dezembro de 2000, não possuem validade jurídica considerando que não foram previamente aprovadas por esta Assembléia Legislativa, como dispõe o artigo 54, inciso XIX, alínea “a” da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 54 - Compete privativamente, à Assembléia Legislativa:

XIX - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha:

a) de conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado, indicados pelo governador;”

Desta forma, em função do desrespeito a competência da Assembléia Legislativa, os referidos decretos de nomeação devem ser sustados com base no artigo 54, inciso XXVI da Constituição Estadual que assim dispõe:

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVI - sustar os atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que exorbite, do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;”

Há que destacar-se ainda que o artigo 87, inciso XV da Constituição Estadual foi modificado através da ADIN 979-6, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, onde, por unanimidade, foram declaradas inconstitucionais as expressões “auditores” e “controladores”.

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Nar-

cotráfico e do Crime Organizado, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja prorrogado, em caráter emergencial, o prazo da referida CPI, por 72 horas, a contar da data limite para a conclusão de seus trabalhos (14.12.2000) para deslocamento desta comissão ao município de Maringá.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Ricardo Chab, Serafina Carrilho e Ricardo Maia.

REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o registro, nos Anais desta Casa do falecimento do senhor Nercilio Darini, um dos fundadores da cidade de Diamante do Norte, ocorrido no dia 11 de dezembro de 2000.

Que, da decisão, se dê ciência à esposa Maria Helena Rubio Darini - Rua Augusto Lisboa, 299 - 87990-000 - Diamante do Norte - PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de profundo pesar, pelo falecimento da senhora professora Rosângela Magnani Bordin ocorrido em Maringá dia 07.12.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 07, faleceu, em Maringá, a professora Rosângela Magnani Bordin que deixou viúvo o senhor João Bordin e duas filhas. Era filha do senhor José Bordin e da senhora Mafalda.

A professora Rosângela pertencia a tradicional família de São Carlos do Ivaí e Florai.

O passamento da professora Rosângela veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades dentre elas este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio; entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Rosângela.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Rosângela Magnani Bordin, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família da professora Rosângela para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da Justiça. É reta a palavra do senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Rosângela sob a sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Magnani Bordin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Hospital do Coração, pela comemoração de seus 26 anos.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital do Coração de Curitiba está completando seus 26 anos de fundação. Fundado em 23 de novembro de 1974, foi o primeiro hospital do gênero a ser inaugurado nesta capital.

Possui um corpo clínico com a maioria dos médicos ligados à Universidade Federal do Paraná e, desde o início de suas atividades, mantém um programa de estágios para acadêmicos dos três cursos de medicina de Curitiba (das três universidades). Atualmente mais de 800 alunos já obtiveram conhecimentos naquela instituição na especialidade que oferece.

A instituição tem convênios com diversos planos de saúde e atende cerca de 1500 pessoas/mês. Pela sua especialidade e excelente equipe médica e de atendimento, o Hospital do Coração de Curitiba tornou-se uma referência no nosso Estado e no País. É comum ouvirmos fora de Curitiba elogios àquela Casa de Saúde que temos orgulho de ostentar entre os nossos melhores hospitais.

pela comemoração de seus glorioso 26 anos de fundação, receba o Hospital do Coração de Curitiba, através de sua diretoria (Rua Dias da Rocha Filho, 360 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2496

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Clube Duque de Caxias, desta Capital, pela comemoração de seus 110 anos.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube Duque de Caxias está completando seus 110 anos de fundação. Sociedade tradicional da nossa Capital, foi fundado por imigrantes alemães em 07 de dezembro de 1980, com o nome Teuto Brasilianischer Turn Verein Zu Curitiba, o que significa: Clube de Ginástica Teuto Brasileiro de Curitiba.

A sua primeira sede social funcionava onde atualmente funciona a Sociedade Cabral. Em 1911 foi adquirida uma área na Rua Doutor Muricy, esquina com a Rua José Loureiro onde atualmente está localizada a Casa Pernambucana.

Mais tarde, com o apoio de 200 sócios, foi possível construir a sede, cuja obra levou dois anos. Aproximadamente em 1993, com recurso dos sócios e algumas doações recebidas do governo alemão a sociedade adquiriu uma gleba de terras no bairro Bacacheri.

De lá para cá muita coisa aconteceu. A sociedade Duque de Caxias atualmente possui uma área de terras de 100.000m² e cerca de 2000 sócios e dependentes.

O clube é destaque no esporte e tem representado o Paraná neste setor através de diversas modalidades, como ginástica olímpica, judô, tênis, futebol de salão e pun-hobol (destaque internacional).

A Sociedade Duque de Caxias é também famosa na área cultural, já que possui o conhecido Grupo Folclórico Grunewald, formado por adultos, jovens e crianças, além de possuir um coral.

Pela comemoração de seus 110 anos de fundação, ao longo dos quais alcançou elevado conceito na sociedade paranaense, receba a sociedade votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2497

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Teatro Guaíra, pela comemoração de seus 26 anos.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Teatro Guaíra comemorou em data de ontem - 12.12.2000 seus 26 anos de fundação.

Em 12 de dezembro de 1974 completou-se a obra que teve seu início em 1948 quando o arquiteto e engenheiro Rubens Meister ganhou o concurso do projeto para o novo Teatro Guaíra, instituído pelo então governador Moisés Lupion.

A construção só iniciou depois de alguma polêmica já que o projeto de Meister ficou em 3º lugar no julgamento da comissão e a proposta contrastava com as vencedoras, de arquitetura eclética, misturando vários estilos, por sua concepção modernista e funcional.

O governador Bento Munhoz da Rocha Neto decidiu-se pelo projeto Meister e intitucionalizou o modernismo arquitetônico como uma marca nas comemorações do centenário de emancipação política do Paraná - o Centro Cívico e seus edifícios são outros exemplos dessa modernidade.

O governador mudou também o local do teatro - da Praça Rui Barbosa para a Praça Santos Andrade. A idéia era aproximar o moderno (Teatro Guaíra) do antigo (Universidade Federal do Paraná). O teatro passou da fase de projeto e suas obras tiveram início em 1952 e o teatro foi o primeiro projeto arquitetônico paranaense a ter o registro internacional em revista estrangeira.

O primeiro auditório a ser concluído foi o Salvador de Ferrante - o Guairinha, que foi inaugurado em 19 de dezembro de 1954, com 504 lugares. O restante da obra foi interrompida pouco depois da estrutura de concreto e parte de alvenaria do grande auditório. Em meados dos anos 60 as obras foram retomadas e quase foram concluídas em 1970 mas um incêndio ocorrido em 25 de abril adiou por mais 4 anos a inauguração do Guairão, com 2156 lugares. Mas, finalmente, em 12 de dezembro de 1974 o público pode assistir à peça "Paraná, Terra de Todas as Gentes".

O Teatro Guaíra é conhecido e reconhecido internacionalmente como casa de espetáculos das mais modernas e completas. Além de ser um marco do Paraná e da nossa arquitetura é também cartão postal de Curitiba. Quem visita se deslumbra e assistir um espetáculo ali é deliciar-se duas vezes, pois o Teatro Guaíra é por si só um show à parte.

Pela comemoração de seus gloriosos 26 anos de fundação, receba o Teatro Guaíra, através de sua Diretoria, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje de votos de congratulações ao município de Cascavel - PR, alusivos ao aniversário de 48 anos do município, que será comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Salazar Barreiros e ao presidente da câmara vereador Paulo Beal, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Paraná, nº 5000, CEP 85801-000, município de Cascavel, PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Faxinal, alusivos ao aniversário de 48 anos do município, que será comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Valdecir Aparecido Polettini e ao presidente da Câmara vereador Vitor Procópio Portela, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil, nº 694, CEP 86840-000, município de Faxinal, PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Doutor Camargo, PR, alusivos ao aniversário de 36 anos do município, que será comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Valter Gonçalves Bessani e ao presidente da Câmara vereador Julio Maria Figueiredo, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Xavier da Silva, nº 1000, CEP 87155-000, município de Doutor Camargo, PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Astorga, PR, alusivos ao aniversário de 48 anos do município, que será comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito João Zampieri e ao presidente da Câmara vereador Marcelo Crivelari, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Doutor José Soares de Azevedo, nº 48, CEP 86730-000, município de Astorga, PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2505

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Jandaia do Sul, PR, alusivos ao aniversário de 48 anos do

município, que será comemorado no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Manoel Fernandes Maciel e ao presidente da Câmara vereador João Carlos Ortega, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Plácido Caldas, nº 490, CEP 86900-000, município de Jandaia do Sul, PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Tamarana, alusivos ao aniversário de 4 anos do município, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Edson Siena e ao presidente da Câmara vereador Adanir Ferreira, através de correspondência a ser encaminhada a Rua José Izaltino Silvestri, s/nº, CEP 86125-000, município de Tamarana, PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Marilândia do Sul, alusivos ao aniversário de 48 anos do município, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Ivan Carlos Beligni e ao presidente da Câmara vereador Niverssimo Bueno, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Silvio Beligne, nº 200, CEP 86825-000, município de Marilândia do Sul, PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando denúncia do Ministério Público do Estado do Paraná ao Tribunal de Justiça (anexo) sobre o uso irregular do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), no município de Arapongas; e também solicitando que sejam tomadas as medidas cabíveis em caráter

de urgência, inclusive nas análises das contas deste município por esta Corte.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2512

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando denúncia (anexa) sobre o uso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no município de Agudos do Sul; e também solicitando que sejam tomadas as medidas cabíveis em caráter de urgência, inclusive nas análises das contas deste município por esta Corte.

Estas informações foram colhidas em audiência pública, realizada no dia 12 de dezembro do corrente ano, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Paraná. Estas e todas as demais informações repassadas pelos depoentes, estão disponíveis na Ata da Audiência e nas notas taquigráficas, em poder da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2513

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando denúncia (anexa) sobre o uso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no município de Jacarezinho; e também solicitando que sejam tomadas as medidas cabíveis em caráter de urgência, inclusive nas análises das contas deste município por esta Corte.

Estas informações foram colhidas em audiência pública, realizada no dia 12 de dezembro do corrente ano, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Paraná. Estas e todas as demais informações repassadas pelos depoentes, estão disponíveis na Ata da Audiência e nas notas taquigráficas em poder da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2514

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando denúncias (anexa Ata da reunião do Conselho Municipal do Fundef e cópias de cheques) de utilização

de verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, para pagamento da Telepar e da Câmara Municipal, no município de Rosário do Ivaí; e também solicitando que sejam tomadas as medidas cabíveis em caráter de urgência, inclusive nas análises das contas deste município por esta Corte.

Estas informações foram colhidas em audiência pública, realizada no dia 12 de dezembro do corrente ano, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Paraná. Estas e todas as demais informações repassadas pelos depoentes, estão disponíveis na Ata da Audiência e nas notas taquigráficas em poder da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando denúncia (anexa) do Conselho Municipal de Educação de Guairacá sobre a inexistência de prestação de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no município de Guairacá; e também solicitando que sejam tomadas as medidas cabíveis em caráter de urgência, inclusive nas análises das contas deste município por esta Corte.

Estas informações foram colhidas em audiência pública, realizada no dia 12 de dezembro do corrente ano, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Paraná. Estas e todas as demais informações repassadas pelos depoentes, estão disponíveis na Ata da Audiência e nas notas taquigráficas em poder da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando denúncia (anexa) sobre o uso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no Estado do Paraná; e também solicitando que sejam tomadas as medidas cabíveis em caráter de urgência.

Estas informações foram colhidas em audiência pública, realizada no dia 12 de dezembro do corrente ano, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Paraná. Estas e todas as

demais informações repassadas pelos depoentes, estão disponíveis na Ata da Audiência e nas notas taquigráficas em poder da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, cópia da sessão que foi aprovada a prestação de contas do Paranacidade.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo senhor doutor Ronald Dias Pinto - MD. diretor-presidente do Serviço da Loteria do Estado do Paraná, solicitando a seguinte informação: qual o valor do faturamento correspondente aos anos de 1998, 1999 e 2000?

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) RICARDO CHAB

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º - Ficam suspensos os atos e efeitos do § 2º, do artigo 1º, do Decreto Executivo nº 4095, de 06 de outubro de 1994, nos termos do disposto no artigo 54, inciso XXVI, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Brasil um estado democrático de direito e que tem dentre os seus basilares fundamentos o da proteção a livre iniciativa, não pode o Estado do Paraná querer cercear tal direito defendido constitucionalmente.

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem como seu prin-

cipal baluarte a livre concorrência, como bem expressa o art. 170 da Constituição Federal.

As funções de fiscalização, incentivo e planejamento exercidas pelo Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, é determinante para o setor público, mas meramente indicativo para o setor privado, conforme corretamente preceitua o art. 174, da Constituição Federal.

O governo do Estado do Paraná ao exarar o Decreto nº 4095/94, normatizando que os leilões de animais de raça pura somente serão realizados a mais de 15 dias do início e mais de 15 dias do término de exposições agropecuárias, que se realizem a menos de 50 km do local de realização do leilão pretendido, na verdade está ferindo os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência mercantil.

Assim agindo, o Poder Executivo estadual está exorbitando seu poder regulamentar, aviltando totalmente os princípios que regem a ordem econômica nacional.

Pelas razões acima exposta, fica este Poder compelido a atuar na defesa dos interesses do nosso Paraná, não permitindo o abuso do poder regulamentar estatal em detrimento da livre iniciativa e da livre concorrência, percursores do verdadeiro estado democrático e de direito, tão sonhado por nossa gente.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Altera a redação do § 3º do artigo 36 da Resolução nº 159/90, com redação atualizada segundo alterações regimentais posteriores, conforme a seguir:

Art. 36 -...

....

“§ 3º - A Comissão, que poderá atuar durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período por deliberação do Plenário que, atendendo justificada solicitação da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá prorrogá-lo, uma vez mais ainda por até 60 dias, para conclusão de seus trabalhos.”

....

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(aa) MILTINHO PUPPIO, TONY GARCIA,
ADEMAR TRAIANO, BETO RICHA e
DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração regimental justifica-se ante a exigüidade do prazo previsto para a realização dos trabalhos que determinarão o êxito das Comissões

Parlamentares de Inquérito, mediante a consecução dos objetivos que motivam sua instalação e consubstanciam umas das mais importantes funções do Poder Legislativo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 437/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo à conceder isenção do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), aos veículos fabricados exclusivamente nas montadoras paranaenses, para a renovação da frota de táxi e para os utilizados pelas entidades filantrópicas estaduais.

Parágrafo Único - A obtenção do benefício o que se refere o *caput* do art. 1º desta lei, terá prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 2º - O veículo automotor servirá, exclusivamente para o uso de serviço de táxi e das entidades filantrópicas em suas atividades, sendo vedada, pelo prazo de 03 (três) anos, permuta, venda ou outra transação comercial, bem como qualquer benefício tributário inserido no documento.

Parágrafo Único - O Departamento de Trânsito fará constar no licenciamento do veículo a peculiaridade do mesmo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela objetiva isentar do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, aos veículos fabricados exclusivamente nas montadoras paranaenses, recaindo especificadamente para a renovação das frotas paranaenses, recaindo especificadamente para a renovação das frotas de táxi e para os utilizados pelas Entidades Filantrópicas.

A medida proposta tem por objetivo prático e realista, buscando incentivar as montadoras paranaenses, os taxistas e as entidades filantrópicas, viabilizando a estes adquirir veículo automotor, um bem essencial às suas atividades e a qualidade dos serviços que prestam a população paranaense.

O artigo 155, § 2º, inciso III, dispõe que o ICMS poderá ser seletivo em função da essencialidade dos serviços e mercadorias. Ora, nada mais justo que procura meios legais de incentivar e viabilizar o funcionamento de entidades filantrópicas, que tão duramente vem

enfrentando a crise sócio-econômica pela qual atravessa o País.

Igualmente, ressaltamos a importância dos serviços de táxi, indispensáveis a população e severamente castigados pela crise (ex: sucessivos aumentos dos combustíveis).

O artigo 2º do projeto de lei estipula a obrigatoriedade do automóvel destinar-se exclusivamente aos serviços de táxi e das entidades filantrópicas, determinando algumas restrições, buscando assim, amenizar em parte os problemas supra expostos.

Face o disposto no artigo 130 da Constituição Estadual, não havendo prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII da Constituição Federal, esperamos contar com o apoio dos senhores deputados para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 438/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 12965, de 25 de outubro de 2000 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Nova Esperança de Curitiba, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir a titularidade da declaração de utilidade pública existente na Lei nº 12965, de 25 de outubro de 2000, para dizer que é a Associação Nova Esperança de Curitiba, e não a Escola de Educação Especial Nova Esperança aquela que deveria constar no *caput* do artigo 1º da referida lei.

Ademais, saliente-se que a Escola de Educação Especial Nova Esperança é mantida da Associação Nova Esperança de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Pela Ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Antes do colega José Maria Ferreira fazer o uso da palavra, gostaria de fazer dois registros, rapidamente.

Primeiro, parabenizar a Mesa da Casa, pela inauguração da creche - todos temos, aqui, de reconhecer.

Segundo, gostaria de parabenizar, nesta sessão, uma colega nossa e única, a deputada Serafina Carrilho. Permite-me, deputado de fazer esse registro, porque ela a

única mulher, deste Parlamento, foi contemplada, recebeu um prêmio, essa semana e não poderia deixar passar, como colega dela, na CPI do Narcotráfico, onde ela está fazendo um excelente trabalho. Ela recebeu o prêmio “Talento do Paraná”, na semana que passou, na terça-feira passada. A cerimônia foi promovida na Associação Comercial do Paraná. Ela recebeu esse prêmio, pela categoria social - sendo a única indicada da Região Norte do Estado do Paraná. E outras pessoas receberam o mesmo prêmio.

Quero na condição de deputado estadual - a deputada não é do meu partido, mas acho que a gente tem que reconhecer as boas coisas, que acontecem nesse Parlamento. Entre essas coisas o prêmio a nossa colega deputada. E o empenho à Mesa Diretiva da Casa, na construção de creche.

Esse é o meu registro, no começo desta sessão. Gostaria, senhor presidente, que o nosso Parlamento enaltecasse cada vez mais as boas coisas. Não temos esse hábito e somos muito acanhados e tímidos. Fazemos as boas coisas, a Assembléia tem demonstrado isso ao Estado do Paraná e tem trabalhado.

Nós, muitas vezes aqui nos conflitos nossos diários, de opiniões e idéias, acabamos nos esquecendo de enaltecer as boas coisas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa, em nome de todos os deputados, ratifica os cumprimentos do deputado Ricardo Chab. Nada mais justo do que homenagearmos a nossa deputada, por ocasião do recebimento desse prêmio.

Aproveitando a oportunidade, Ricardo Chab, quero em nome da Assembléia Legislativa fazer um agradecimento, não ao deputado, mas ao jornalista e comunicador Luiz Carlos Alborghetti que, hoje, no seu programa não só deu uma cobertura extraordinária, à inauguração da nossa creche, no dia de ontem, como teceu elogios a todos os senhores deputados, aqui, desta Casa, em especial a Mesa Executiva, pela inauguração da nossa creche, ontem.

Faço esse convite especial, aqueles que não puderam ainda conhecer a nossa creche, pudemos dizer com muito orgulho: não conheço nada parecido, em todo o Estado. E toda minha vida nunca vi nada - não é nenhuma mania de grandeza nossa. Fizemos uma creche, que vai orgulhar a nossa Assembléia, para o resto da vida e principalmente, dar cada vez mais condições de trabalho para os nossos funcionários. Nós, se queremos realmente cobrar dos nossos funcionários temos primeiramente que dar condições a eles.

Mas, em nome da Assembléia, quero agradecer ao comunicador Luiz Carlos Alborghetti que hoje fez uma cobertura num período extraordinária, dentro do seu programa, que foi extremamente profissional e comovente.

Muito obrigado Alborghetti.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Também me associo a homenagem que o deputado Ricardo Chab faz, neste instante, a nossa única representante, nesta Casa, que tem desempenhado com desenvoltura, com bravura, este trabalho, tão difícil, para uma mulher, na Comissão do Narcotráfico.

Quero parabenizar a Mesa, em especial o presidente, pela iniciativa social que teve de criar, de constituir, aqui na Assembléia Legislativa, para os funcionários da Casa e os filhos também de deputados esta bela creche, demonstrando uma preocupação enorme com relação as questões mais agudas, que é quando uma mãe precisa sair de casa e não tem com quem deixar o seu filho. Por isso, meu presidente Nelson Justus, meus parabéns à sua administração e a toda Mesa da Casa.

Senhores deputados, senhora deputada, senhores que nos acompanham, nesta tarde: não vim somente para fazer os dois reconhecimentos, neste momento, mas vim para trazer mais uma preocupação, que já foi por nós feita no passado e por tantos outros parlamentares, nesta Casa. No dia 4 do corrente mês o senador Osmar Dias, num pronunciamento no Senado Federal já dizia das dificuldades que o Estado do Paraná estava tendo para fazer o resgate dos 415 milhões em ações em 98 dadas da Copel como garantia para cobrir os 350 milhões dos títulos podres adquiridos de Campinas, do Estado de Alagoas, de Guarulhos, de Diadema e também dos Estados de Santa Catarina e Pernambuco. Já afirmamos, nesta Casa, que os 119 milhões correspondentes aos títulos podres do Estado de Pernambuco, o Estado os resgatou e ficou um mico a menos nas mãos do Estado do Paraná. Mas, hoje, com a negociação do governo do Estado para a possível privatização, ainda em 98, do nosso Banestado, o governo federal exigiu que se fizesse um depósito do valor dos títulos públicos para que o futuro adquirente do Banestado não viesse assumir o mico daquilo que se chamou a ciranda da felicidade junto aos bancos particulares e os tesouros dos Estados e prefeituras. Mas o mico e o idiota nesta história toda foi o paranaense, que está pagando, hoje não mais de 350 milhões mais de 654 milhões, atualizados até o dia 06 de janeiro. E se o Paraná não fizer este resgate até 31 de dezembro, porque já foi prorrogado, por mais de uma vez, e se conseguirmos a prorrogação junto ao banco Itaú já caminhará para a terceira prorrogação, e nós mostraremos a dificuldade porque passa nosso Estado, tendo que correr o risco de vir a perder o controle acionário da maior e mais importante empresa pública que é a Copel.

O Estado do Paraná detém hoje 58,9% das ações que controlam a Copel, entretanto ele fez em depósito 415 milhões 32,2% do capital votante no Banestado, para

assegurar. E com a venda do Banestado, evidentemente este ativo está nas mãos do Banco Itaú hoje.

Antes de viajar o senhor governador telefonou aflito ao ministro da Fazenda solicitando empréstimo de 200 milhões de reais para poder salvar a Copel. Salvar a Copel, uma empresa que tem hoje um patrimônio extremamente representativo na economia do nosso Estado.

Nós, com 32% das ações que correspondem aos 415 milhões, isto em maio de 98, porque hoje elas ascenderam a mais de 160 milhões, e o Paraná não tem este recurso. Os 200 milhões que pedia o senhor governador ao ministro da Fazenda era para dar parte para que pudesse entrar em negociação do resto do que ainda deve o Estado do Paraná ao Banco Itaú, se quiser ter resgatadas os 32,2% das ações votantes da Copel.

Ora, isto é origem do que, deputado Caíto Quintana? Origem na ação malfadada daqueles que dilapidaram o patrimônio público do Estado do Paraná, é daqueles que roubaram os cofres públicos do nosso Estado, por quê? Porque os 350 milhões estão originados lá na Corretora Banestado, aquele que denunciemos, a Oposição denunciou, por várias vezes, mas não teve oportunidade de fazer aqui uma CPI para que pudéssemos apurar. Banestado privatizado, hoje deixando de existir enquanto instituição pública não temos mais condições de levantar, o que lá aconteceu, mas as mazelas e as cicatrizes ficaram e estamos pagando com o risco de perder a Copel.

E aqui tem uns dados que merecem algumas considerações. O resgate que era para ter sido feito em 31 de dezembro de 98, e este valor corrigido passa, ascende a mais de 660 milhões de reais, e hoje o presidente da Copel e atual secretário da Fazenda, doutor Ingor Hubert, prefere não falar sobre as declarações sobre o assunto, considerando demais espinhoso para o governo, pela sua assessoria de imprensa. Ele disse que não está em discussão a perda do controle acionário da Copel, é terrorismo da Oposição, dizer que vamos perder o controle acionário, isto é um circo pois não há risco algum.

Ora, e na mesma matéria, senhor presidente, senhores deputados, diz aqui dos assessores particulares Jaime Lerner, Saul Raiz e Carlos Richbitter, dizendo que nem agora e nem depois terá condições o governo de fazer o resgate desta ações.

Ora, os dois assessores próximos do senhor governador vaticinam de que haveremos de perder a Copel, porque se não tem condições, nem fazendo a prorrogação, e o governo Federal determinado em não mais abrir os cofres da viúva para atender aos desmandos das administrações dos estados, poderemos concluir o que? Que haveremos de ver a Copel amanhã transferida para o Banco Itaú.

E tanto eu, quanto os companheiros de Oposição a partir do dia 17 de outubro, e aqui está o Diário da Assembléia, e já dizíamos, gostaria de saber se a Casa conhece que a Copel já talvez não deva pertencer

ao governo do Estado, somados a 1 bilhão, seiscentos e cinquenta vendidos neste último trimestre e mais os 421 milhões, resultado das ações dadas em caução, e que estão de posse do Banestado, hoje a Copel deverá pertencer no futuro ao Banco Itaú, o que hoje está vindo a concluir.

Está é a situação que vivemos o Paraná, perdemos um Banco e estamos prestes a perder o controle acionário da Copel.

Com o aparte o deputado Caíto Quintana e depois o deputado Beraldin.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado José Maria Ferreira, Vossa Excelência traz um assunto muito sério e muito importante para esta Casa, até porque estamos na semana em que as sessões da Assembléia Legislativa acabam a partir do dia 15.

Portanto, este assunto deputado José Maria, acho que ele deveria ser definitivamente esclarecido. Porque na verdade, a tempo parlamentares dessa Casa, principalmente da Oposição tem alertado para o risco da caução dada por essas ações da Copel. E a coisa foi andando porque é no fim do ano, e está longe, mas agora não está mais longe. O risco existe, até porque o Banco do Estado foi vendido, hoje é da iniciativa privada, é do Itaú.

Portanto, se fizermos este resgate vamos perder sim, o controle acionário da Copel.

Gostaria inicialmente de sugerir a Vossa Excelência, talvez voltemos a conversar sobre isso ainda durante esta reunião, em outros pronunciamentos. Sugerir uma coisa, é sempre difícil trazer um secretário na Assembléia, mas queria pedir vênua, inclusive, aos deputados da Situação, que fizéssemos uma comissão. Sugiro até colocação dos nomes senhor presidente. Vossa Excelência, alguém da Mesa, da Comissão Executiva, ou integralmente da Executiva, o líder do governo e o líder da Oposição, que fosse conversar com o secretário da Fazenda, que por sinal é o secretário da Fazenda e é o presidente da Copel e pedir uma explicação razoável do risco eventual que estejamos correndo ou não para que antes do final do dia 15, alguém pudesse chegar e dizer para esta Casa e para o povo do Paraná.

“Não, não há risco, não vamos perder”.

Esclarecer esse assunto, o que esta Casa não pode ficar deputado José Maria é ouvindo um pronunciamento como Vossa Excelência está fazendo, lendo num jornal matérias como estão sendo colocadas, inclusive, o senador Álvaro Dias falou sobre isso ontem, no Senado. E ficamos aqui 54 deputados, representantes do povo do Paraná esperando para ver o que acontece. “Será que é verdade, será que é mentira”. Vamos ganhar ou vamos perder o controle da Copel”.

Acho que não. Tínhamos que nos antecipar ao fato e vermos o que podemos fazer, inclusive, para evitar que isso aconteça.

Se tivermos que agir em conjunto, vamos tentar agir em conjunto. Mas, enfim, buscar explicação que seja

convincente e para isso nada mais, nada menos, do que ao invés de tentarmos uma convocação de secretário que é difícil, que alguém da Situação poderia ser o líder do governo ou alguém da oposição, líder da Oposição, mas alguém da Mesa fosse ao secretário saber sobre esse assunto e pudesse esclarecer para esta Casa, de preferência amanhã na sessão que ainda temos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço ao deputado Caíto Quintana pelo aparte e diria mais, esta Casa abriu, escancarou-se em relação ao Executivo, porque lá atrás cometemos, não nós da Oposição, cometemos a insanidade de permitir ao Executivo que fizesse cautela, que vendesse, que alienasse sem determinados critérios e sem o devido acompanhamento.

Constituímos nesta Casa, senhor presidente e senhores deputados uma Comissão para acompanhar a venda das ações da Copel, da qual se não me falha a memória, faziam parte do deputado Ângelo Vanhoni e o deputado Caíto Quintana. Mas, em função de não ter sido convocado para acompanhar em nenhum dos momentos as transações das vendas da Copel, esses dois parlamentares, das suas responsabilidades, pediram para que se desligassem da comissão porque ali cessaria responsabilidade pessoal e enquanto bloco de Oposição. Por quê? Porque sabíamos que as coisas iriam dar onde estão dando.

É o mesmo caso: cansamos de dizer que teríamos uma dívida em 99 da ordem de 12 bilhões de reais. o líder do governo sempre dizia que o deputado José Maria estava produzindo números. E quem produziu número, o texto da verdade está aqui. O próprio relatório do governo diz, hoje, que a dívida do Estado do Paraná em dezembro de 99 era da ordem de 12 bilhões 774 milhões e 605 mil reais. É o mesmo que estamos ouvindo hoje, o senhor secretário da Fazenda e presidente da Copel dizer que está tudo acertado. Enquanto o próprio secretário particular e conselheiro - deputado Beraldin, do governador, diz que não tem como resgatar. E isto traz ainda mais um grau de preocupação.

Em aparte concedo a palavra ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Deputado José Maria, Vossa Excelência aborda, na Tribuna, um assunto que deve ser prestado a atenção por todos: especialmente os deputados que compõem esta Casa. E o senador Osmar Dias vem colocando essa questão a público. E o senador Osmar Dias é um estudioso, assim como o senador Álvaro Dias ontem se pronunciou no senado da República sobre este assunto. Sabemos que o Banco do Estado comprou os títulos de Alagoas, de Santa Catarina, de Guarulhos e de outras unidades da Federação. Notícia, extra-oficial, nos dão conta de que alguns Estados teriam honrado esses títulos podres, notícias de bastidores. Mas que Santa Catarina,

no entanto, o governador disse que não vai honrar isso jamais. Alagoas disse que não vai honrar jamais. Aí, também notícias de corredor, de que o governo da União estaria intermediando junto a esses Estados, para fazer com que essas unidades da Federação assumissem o pagamento desses títulos.

Muito bem. Estas são as nossas informações. Daí porque o aparte do deputado Caíto Quintana foi um aparte valioso e fundamental. Estamos encerrando o período legislativo, daqui a pouco nós vamos começar a acompanhar essa novela pelo jornal, pela televisão e não vamos fazer parte deste momento histórico para o Paraná. Encareço ao Líder do Governo que fica ouvindo o pronunciamento - mas que não se manifesta em relação a isto, ele pode nos explicar porque é Líder do Governo. E como Líder do Governo ele tem que ter as informações fidedignas do governo.

Como ontem o nobre Líder do Governo pediu que eu explicasse um projeto técnico da aerofotometria que não é minha função. Espero que o Líder do Governo com uma matéria muito mais simples como esta, é simplesmente trazer a transparência à Casa, ele que conceda essas informações que são fundamentais para o nosso Estado. E amanhã o senador Osmar Dias estará na Associação Comercial, para debater com os membros da Associação Comercial, este tema, que é um tema, sem sombra de dúvida, nobre deputado José Maria, um tema muito importante. Portanto, aguardo do Líder do Governo as explicações necessárias. Se ele não contiver as explicações para hoje, ele que amanhã suba a tribuna e diga, em nome do governo nós estamos afirmando que está tudo certo, o Banco Itaú não vai ganhar a Copel, ou o Estado já conseguiu negociar junto a União para que os estados honrem esses títulos. Enfim, alguma coisa que transpareça a verdade para a opinião pública e para o povo do Paraná, e, especialmente, para os deputados.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, solicito ao Líder das Oposições, e com a sua aquiescência usaria o horário das Oposições.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, estamos de acordo que o deputado se utilize do horário das Oposições.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado!

O que foi colocado pelo deputado Beraldin, é de extrema importância, porque aqui, a 03, 04 dias, mais finalizar desta semana, nós estaremos entrando em recesso. E aí, evidentemente, não terá nem a Assembléia Legislativa para fazer o acompanhamento das ações que estão acontecendo. E nós vamos, enquanto parlamentares, assistir da galeria a entrega da Copel.

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni. Eu só pediria a gentileza, sempre tenho pedido de apertes, e Vossa Excelência não os tem concedido. O concedo e espero receber a mesma contribuição.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência está um pouco esquecido. Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Só quero comunicar ao deputado Beraldin que aqui nesta Casa é livre arbítrio do deputado se pronunciar na hora em que ele desejar. Mas, já que o deputado está tendo uma recaída ditatorial aqui, quero dizer-lhe que marque a hora, o minuto, o segundo para eu poder me pronunciar aqui na Casa. Pelo jeito é a verdade do deputado, porque ele está querendo impor algo ao líder do governo. Então, peço ao deputado Beraldin, eu obedeco a sua posição, é uma atitude democrática e regimental, que marque, talvez, até possa fazer um ofício ao deputado Rossoni, e vou respeitar toda a sua oposição.

Agradeço o aparte.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

A Copel, antes uma empresa vigorosa, uma empresa que produziu nos últimos três exercícios um resultado de 200 milhões de reais/ano, hoje estamos vendo, deputado Elio Rusch, ela ser praticamente entregue por 660 milhões e seu controle. E tem mais, não são os 660 milhões que hoje representam as ações caucionadas, mas é que perdendo o controle acionário da Copel, você perde o valor que vão ficar em mãos do governo do Estado, porque aí se perdeu a razão maior que é a do controle acionário. Não é só este prejuízo, deputado Waldyr Pugliesi, de 660 milhões que teríamos que resgatar, porque se não for resgatado até 31 de dezembro do ano em curso e se não for conseguida nenhuma negociação junto ao banco que sucedeu ao Banestado, o banco Itaú, não teremos como ter o valor do controle acionário. E aí o prejuízo da Copel, do Paraná, será ainda maior.

Mas, por falar em Copel, essa empresa que sempre lutou para que o interior do nosso Estado tivesse o desenvolvimento, o progresso, justamente com o Banestado, hoje, ao lado de ver estas mazelas, que hoje estão sendo submetidas, estamos vendo as mazelas da Sudan, também a Copel lá, denunciado aqui pelo deputado Orlando Pessuti, recentemente e, hoje tem notícias de que já tem um procurador federal, do Ministério Público Federal, já está fazendo o levantamento das aplicações dos recursos da Copel. Para quê? Porque com certeza ela entra no rastro da corrupção da Suframa, que hoje estão analisados. Como disse o senador Roberto Requião: “Padaria e leiteira é que ela está financiando fora do Paraná, enquanto podíamos estar aqui construindo o Paraná, fazendo o desenvolvimento, provocando aquilo que os paranaenses mais desejariam, que era um governo sadio, um governo de transparência e por falar em governo de transparência, nosso governador, com certeza, desembarcará na Terra

dos Pinheirais com o título de príncipe mas com certeza, sem a coroa da Copel para colocar sobre sua cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares, uso a tribuna apenas para dar um pouco de continuidade a esse pronunciamento oportuno do deputado José Maria Ferreira.

Acho que aqui não se trata de uma crítica de Oposição ou uma defesa de Situação contra um fato que está sendo noticiado. Acho que estamos tratando da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná poder encerrar o mandato, esse ano legislativo, sabendo o que vai acontecer até o final do ano com respeito a essas ações em caução dadas pela Copel.

Por isso volto a insistir, deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que ainda até o dia 15 deste mês, segundo suas próprias palavras, é Líder do Governo, de que tirássemos uma comissão aqui desta Casa, da sessão de hoje e essa comissão tivesse única e exclusivamente o objetivo de ir conversar com o secretário da Fazenda, que é o presidente da Copel e saber a quantas andam as ações da Copel dadas como caução, para que pudesse chegar na sessão de amanhã e alguém dizer para este Plenário e tomara que seja essa a resposta ao Plenário, “pode a Assembléia Legislativa, a população do Paraná ficar absolutamente tranqüila porque não há risco algum de que a Copel perca o controle acionário da sua empresa até o final do ano em razão dessas ações dadas em caução”. Apenas isso. Talvez o presidente da Copel tenha uma explicação razoável, plausível e verdadeira, mas nada impede que esse Poder, no exercício pleno da sua atividade, procure saber isso para poder colocar para os demais parlamentares.

Para que não gere problemas, sugiro, senhor presidente e senhores parlamentares, não transpareça desejo de convocação oficial ou não, que o presidente da Casa ou alguém da Mesa que representa a Assembléia Legislativa, acompanhado pelo Líder das Oposições, o deputado Pessuti, poderia representar todas as Oposições e o deputado Rossoni ou alguém indicado por ele, representando a bancada de sustentação do governo, em três pessoas, que fossem lá conversar, “olha, doutor existem tais e tais e tais assuntos que estão sendo noticiados no jornal. Ontem, o senador falou no Senado da República a respeito deste risco de que essas ações possam acabar se comprometendo e passando para as mãos do Itaú. Então, isso é verdade ou não? Tem esse risco ou não tem? Qual é a ação que foi tomada para evitar que isso ocorresse?”.

Não estamos aqui questionando, discutindo, dizendo que não deveria ter sido feito ou coisa semelhante, porque afinal de contas, isso já foi feito. Não podemos encerrar o período legislativo deste ano sem

termos uma explicação que responda a esses questionamentos do jornal, sob pena de uma absoluta irresponsabilidade nossa, da maior empresa de energia do País, distribuidora, geradora do processo e energia tão caro, tão rico a este País. Está sendo noticiado como é que possamos perder de um momento para o outro o controle acionário e nós ficamos aqui pensando: “não, vamos ver o que é que diz o jornal, no dia primeiro do ano, se perdemos ou não perdemos”. Quer dizer, não pode ser assim! Vamos lá saber. E sabendo, virmos aqui e colocarmos o dado.

Vossa Excelência, deputado Valdir, e eu teria o maior prazer em lhe conceder aparte, mas estou no Pequeno Expediente; sei que Vossa Excelência pode ter respostas a respeito do assunto, pode ter, seguramente as tem. Gostaria, até, que Vossa Excelência colocasse em Plenário, mas mesmo assim, deputado Valdir Rossoni, Orlando Pessuti e líder das Oposições, mesmo assim, com as eventuais respostas que possa ter, eu acho que nada impedirá que a Assembléia Legislativa, representada por um de seus membros, da Mesa, mais a Liderança do Governo e da Oposição, fosse conversar com o doutor Ingo Hübert, presidente da Copel e secretário da Fazenda e perguntasse a ele a respeito destes assuntos, para que nós pudéssemos explicar isso na sessão de amanhã. Apenas a respeito deste assunto, para tranquilidade do povo paranaense.

Esta era a minha sugestão. Espero que seja acatada por este Plenário. E que a Mesa, mais um representante da Situação e um representante da Oposição compareçam até a Secretaria, para poder trazer uma resposta para nós, na sessão de amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Queria sugerir e pedir aos senhores parlamentares que fizessem uso da palavra, que cumpramos o horário, porque temos seis oradores inscritos no pequeno Expediente, temos um orador inscrito no Grande Expediente e mais quatro no Horário das Lideranças. Vamos ter, ainda, uma Sessão Extraordinária, uma ou duas, quantas forem necessárias. Portanto, vou ser extremamente rigoroso no que diz respeito ao horário de cada um. Conto com a compreensão de Vossas Excelências.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, apenas uma Questão de Ordem, se Vossa Excelência permitir e com a aquiescência do orador, eu gostaria de aceitar a proposta do deputado Caíto Quintana e marcar amanhã, às 14:00h, porque temos sessão pela manhã...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ao contrário, amanhã a sessão é à tarde. Amanhã é quinta, mas vamos ter a Comissão de Orçamento pela manhã. Então como não pode haver concomitantemente duas sessões, nós teremos nossa sessão na parte da tarde.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Eu não tinha conhecimento disso, agradeço. Então, marcamos a reunião amanhã, com o secretário Ingo às 11:00h e depois nós combinamos e convido a todos os líderes e deputados que queiram estar presentes na Secretaria da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns. Com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente e senhores deputados, este assunto da Copel e Banestado, realmente interessam e é importante que venhamos discutir.

Queria trazer, aqui, um assunto que às vezes incomoda uma boa parte dos senhores deputados e que incomoda também a mim. Estamos vivendo no Brasil um novo tempo. Na minha cidade, inclusive, em Londrina, um novo tempo de “limpa geral” dos homens de vida pública que até então estavam como impolutos e outros como vestais, que hoje estão lhes tirando as vestes.

E, hoje pela manhã, no jornal a Gazeta do Paraná, uma nota que gostaria de deixar consignado, aqui, e deixar até uma sugestão. Uma das notas, “Política e Companhia” da Gazeta do Paraná, diz, com o seguinte título: Revolta.

(Lê):

“Revolta

Cerca de uma dúzia deputados estaduais, entre eles vários que assinaram o requerimento criando a liderança da bancada independente, estavam revoltados com a traição do secretário Lubomir Ficinski, que, quando precisou acertar via Assembléia Legislativa, as “maracutias” do Paranaidade, vivia chorando nos ombros dos deputados e jurando inocência. Conseguido o intento, isto é resolvido o problema, ou melhor, acobertada a safadeza, além de não mais retornar à Assembléia para agradecer o favor ainda armou um golpe, dizendo a vários empreiteiros que precisava de dinheiro para “pagar” o favor que os parlamentares lhe haviam feito. O informante da coluna garantiu que Ficinski acabou levantando mais de R\$2 milhões junto aos empreiteiros”.

Então, nesta nova fase que estamos vivendo, eu queria dizer que assinei o requerimento para formação de um bloco independente e acabei, como muitos deputados também da Oposição, aprovando as contas do senhor Ficinski mas, se for maracutaia, quero retirar minha aprovação. E, se malandramente o senhor Fricinski foi passar a sacolinha para o empreiteiro do Paraná, este malandro não tem a procuração do deputado Moysés Leônidas para fazer isto.

Quero crer até que ele deva fazer a resposta, estamos aqui terminando este ano letivo, mas acho que se ele não fizer a referida retificação do jornal, para o começo do ano legislativo, quero convocar, com a aquiescência dos senhores deputados, o diretor do jor-

nal, Marcos Formigueri, para que venha prestar esclarecimentos porque ele não está somente envolvendo o nome de um deputado que casualmente viu a nota e ficou revoltado, está envolvendo o nome de Vossa Excelência, dos deputados que fazem oposição, daqueles que querem um bloco de independência, enfim, de toda a Casa.

Acho que leviandade tem hora, tem lugar, e o nome do deputado Moysés Leônidas não vai ser envolvido nestas maracutaias.

E, também não estou aqui achando que o senhor Ficinski, que se me ver na rua não me conhece, tenha culpa no cartório. Mas, o jornal é de credibilidade e todas estas notas que pipocam contra o político, uma hora aqui, outra acolá, quando não há nenhuma revolta conforme estou mostrando aqui, é por isso que cada vez mais a classe tem que entrar na defensiva ao invés de estar cobrando e defendendo suas idéias.

Acho esta nota pesada contra a Assembléia Legislativa porque pesada já foi para este deputado aquela situação da CPI do Sercomtel, que quero junto com a Oposição e quem mais quiser, reabri-la, porque correram boatos neste sentido em Londrina e não vou mais deixar aqui e ficar calado sob pena de amanhã, ou depois, como fizeram hoje os jornalistas do Jornal do Estado, quando publicaram uma análise da atuação dos deputados, e com muita razão, porque às vezes, engolimos determinada situação para não comprometer a todos.

Daqui para frente, doa a quem doer, governo, companheiros, secretários, enfim, aquelas pessoas que convivem com a gente, vou tentar mostrar o tipo de trabalho que um deputado faz.

Acho que um bloco de independência é muito bom na Casa, agora o secretário passar a sacola com empreiteiros do Paraná usando o nome de deputado, tira o meu porque este malandro, se for malandragem dele, não tem minha procuração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência toma conhecimento desta matéria apenas neste momento, ela é realmente extremamente lamentável, e acho que a Assembléia e a Mesa Executiva devem tomar todas as medidas para que se apure isto. Não podemos tolerar qualquer tipo de denúncia, seja por parte da imprensa, ou por parte de qualquer secretário que seja. Vossa Excelência tem todo o apoio desta Presidência.

O SR. VALDIOR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, encaminhei a Vossa Excelência um documento requerendo a Vossa Excelência para que possamos compor esta Comissão que irá reunir-se como doutor Ingo amanhã, às 11:00h.

Também quero colocar a minha posição para resguardar os deputados que aprovaram as contas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Apoio sua posição e

acredito que deveremos pedir esclarecimentos ao secretário desta posição que está no jornal, se são verdadeiras ou não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não só ao secretário, como também ao jornal.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, inicialmente queremos nos somar àquilo que disse Vossa Excelência, deputado Valdir Rossoni, deputado Moysés Leônidas, era intenção nossa subir à tribuna para comentar este assunto, mas já foi devidamente comentado, só quero reportar aqui a conhecimentos dos senhores deputados que quando as contas do Paranacidade, porque é sobre estas contas que a matéria está versando, quando estas contas vieram a esta Casa surgiu realmente uma grande polêmica desta Casa, inclusive com o Tribunal de Contas e naquela oportunidade em nome das Oposições diversos parlamentares se pronunciaram e me lembro que um dos questionamentos que fizemos daqui como lamento inclusive é que o relatório da comissão, e não me engano, de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa, vinha propondo a aprovação das contas, mas daquela reunião que produziu aquele relatório nenhum deputado da Oposição havia participado, apenas quatro parlamentares ligados ao governo e nós lamentávamos o fato porque não tivemos oportunidade quando da análise das contas a nível da comissão permanente específica desta Casa os nossos parlamentares da Oposição não foram convidados e nós procuramos naquela ocasião certificar com cada um deles e todos nos afirmaram e sua assessoria que não haviam sido convocados ou convidados ou chamados a participar daquela reunião.

Foi esta razão que nas votações todas que transcorreram neste plenário as Oposições votações contrariamente à aprovação das contas do Paranacidade votaram contrariamente, é bom que se registre isto e por esta razão e por todas as demais outras que possam existir nós não poderemos aceitar, e fez bem o deputado Moysés Leônidas, aceitar este tipo de insinuação ou este tipo de afirmação que só denigre a imagem deste Parlamento.

Se deputados se envolveram neste tipo de negociação ou negociata que o secretário Lubomir Ficinski venha a público e nomine. Não pode ele manchar a honra e a dignidade deste ou daquele parlamentar e em especial deste Poder Legislativo dizendo coisas que possível ou certamente não são verdadeiras.

Mas, venho à tribuna, senhor presidente, para falarmos um pouco a respeito do IPVA. Nós teremos daqui a alguns instantes a votação já em 2ª discussão do Projeto nº 399/2000 e nós deputados da Oposição estamos defendendo e é bom que fique isto registrado nesta Casa e perante aqueles que nos visitam no dia de hoje. Nós temos a emenda de nº 08 que propõe o pagamento

em parcelas, nove parcelas, e por que fomos buscar nove parcelas? Porque o Código de Trânsito Brasileiro, o Conselho Nacional de Trânsito em resoluções editadas no ano passado, estabeleceu que o licenciamento dos veículos deva ser processado até o mês de outubro.

Então, se nós temos esta permissão, este consentimento do Conselho Nacional de Trânsito para que possamos até o mês de outubro processar o licenciamento dos veículos, então nós temos que dar ao contribuinte a possibilidade de ele fazer o pagamento deste tributo, deste imposto até o mês de outubro e por isso a sugestão que a bancada da Oposição faz de que o parcelamento, para quem deseja pagar parcelado, se processe em nove parcelas - fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e no mês de outubro.

Quer dizer, nós teremos aí a possibilidade de dar a todos os contribuintes uma condição de ajustar-se de forma compatível com sua realidade e fazer o pagamento.

Mas também não estamos descartando a possibilidade de que o contribuinte possa pagar à vista, aquele que quiser e puder e neste sentido a emenda de número 09 propõe que seja ofertado, permitido um desconto de 20%, para aqueles que quiserem pagar no mês de janeiro, em quota única e propõe um desconto de 15%, para aqueles que optarem, para pagar em fevereiro, em quota única, com o desconto. Porque é uma forma de nós estimularmos o contribuinte, a pagar no mês de janeiro e no mês de fevereiro.

Sempre lembrando, senhores deputados, que o mês de janeiro é um mês sobrecarregado, do ponto de vista das obrigações, seja com IPTU, com alvará, com o pagão, que se fez no mês de dezembro, e que vence em janeiro, para pagar o 13º, com o compromisso das férias, materiais didáticos, contribuições sindicais e associativas.

Todas elas sobrecarregam o contribuinte no mês de janeiro.

É oportuno que possamos dar essa condição de pagar em janeiro, com 20% e pagar em fevereiro, com 15% de desconto. E quem não quiser essas duas opções, poderá optar por uma terceira condição, de pagar o tributo em nove parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de outubro.

Faço também esses esclarecimentos, senhor presidente, e concluo para dizer o seguinte: fizemos um requerimento, o protocolamos no início dessa sessão, em preferência de votação para as emendas 08 e 09, preferência essa sobre todas as emendas e, inclusive, sobre o substitutivo geral. E o substitutivo geral deixou aqui uma interrogação, para que os senhores parlamentares possam analisar. O substitutivo geral no texto da lei, onde estão os artigos, os parágrafos, em nenhum momento, estabelece os percentuais de desconto.

Isso vai aparecer na minha maneira de avaliar, senhor presidente, senhores deputados, vai aparecer de forma incorreta na justificativa do projeto.

Quando se fala em desconto, para pagamento no último dia de janeiro, de 15% e 05%, para pagamento em fevereiro, isso consta da justificativa e não está constando do texto do substitutivo geral, não está constando do texto, do corpo da lei, mas da justificativa ao substitutivo geral. É uma preocupação que tenho, porque se nós aprovarmos da forma como está esse substitutivo, poderemos não estar dando desconto nenhum ou desconto algum, para quem pagar antecipado.

Era isso, senhor presidente. Voltaremos a discutir a matéria, em um momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sexto orador inscrito, no Pequeno Expediente, deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, trago a esta Casa, hoje, uma posição, um requerimento, que estamos encaminhando, falando e pleiteando que a Mesa Executiva, desta Casa, dê o mesmo apoio que deu às Oposições. Não se trata de dez, doze, quinze, dezessete ou vinte deputados, que pleiteiam o bloco independente, nesta Casa. Se trata apenas, de constituirmos a liderança independente.

Se perguntarmos o por quê? Quero, aqui responder e que fique nos Anais desta Casa.

O PMDB, o partido que teve seu candidato a governador, é um partido de Oposição. O PSDB, apesar de não ter candidato a governador, nas eleições anteriores, também tem postura de, se não de oposição, mas de independente.

Assim é, senhor presidente, senhores deputados, o nosso caso, quando sentimos que o PT quando se uniu com o PMDB, quando sentimos que o PSDB também se uniu com as Oposições, passaram a ter uma posição mais fortalecida pela Liderança das Oposições, porque nenhum deles é do PFL, já eram antes Oposição e passaram ser Oposição.

Aqui até poderíamos lembrar um pouco do programa do Silvio Santos quando se pede ajuda aos companheiros, tem a opção das placas, tem a opção dos universitários, tem ainda as cartas, e como lembrou o deputado Pessuti, pode também pular. A Oposição, na verdade se fortaleceu porque o PT eram apenas quatro deputados, o PSDB era representado apenas pelo deputado José Maria, hoje PMDB com a sua experiência, que já foi governo, com a experiência de deputados batizados nas urnas há tantos anos, como é o caso dessa grande liderança do ex-prefeito de Arapongas, Waldyr Pugliesi, que todos se somando têm demonstrado a esta Casa uma liderança incontestada na sua agremiação do fortalecimento das Oposições.

Senhor presidente, senhores deputados, fui eleito pelo PFL, Partido que elegeu o governador do Estado, o senhor Jaime Lerner. Junto comigo, o deputado Edno Guimarães, que também se elegeu pelo PFL, da mesma

forma o deputado Luiz Carlos Martins, e resolvemos a pedido do nosso amigo saudoso, Anibal Khury, enfrentar o desafio de nos associarmos a um partido novo que já demonstrou, nas últimas eleições que é um partido que está crescendo e continuará a crescer, que Partido Social Liberal. Da mesma forma o PTB foi um Partido que também marchou junto na eleição do governador Jaime Lerner, mas não é governo. O PTB é um Partido totalmente diferente do governo do PSL, no entanto, junto com PSL também está dando apoio ao governo do Estado. Da mesma forma aqui está o deputado Braz Palma, eleito pelo PPB que se associou ao deputado Takayama e estão hoje no Partido do PST. Da mesma forma o PL, que teve eleito o Pastor Praczyk e a deputada Serafina, também do PSDB e que hoje estão no PL, e todos estes Partidos senhor presidente, querem se somar.

Estes Partidos senhor presidente, o PFL, o PPB, o PSDB, o PL e o PST, queremos também marcar a nossa união e do nosso fortalecimento, visto que não adianta dizermos que somos do Partido do governo porque estamos mentindo ao povo, porque não somos do PFL. Não somos contra o governo do Estado e não queremos também dizer que vamos fazer oposição, em hipótese alguma, vamos ser sim, independentes.

Mas não os deputados que aqui assinaram, eles meramente prestaram uma colaboração a alguns deputados entre os quais me incluo, para reivindicarmos um direito, estamos solicitando que é a liderança independente nesta Casa, não quer dizer que os deputados que assinaram irão integrar esta Liderança.

No ano que vem vamos arregimentar os companheiros, vamos ter uma - aí sim - postura independente nas nossas reuniões. Gostaria de dizer que no nosso Partido a liderança independente vai funcionar apenas por voto. À primeira reunião tudo será decidido por voto, e se tivermos o número suficiente que o Regimento Interno irá exigir, aí criaremos a liderança independente.

E desde já, senhor presidente, vamos até mesmo solicitar que seja feito ali no meio, microfone num pedestal para que, a exemplo da Câmara Federal, não usemos nem a tribuna do governo, nem a tribuna da Oposição, mas a tribuna da independência, a tribuna dos deputados independentes que somam diversos partidos, é esse o nosso objetivo.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Serei bem rápido, deputado Geraldo Cartário. Na verdade não sejamos ingênuos aqui, e temos certeza que com a sensibilidade que a Comissão Executiva que dirige os trabalhos da Assembléia, que dirige a Assembléia Legislativa, vai acatar a vai criar, com a anuência dos deputados desta Casa, a liderança independente aqui, porque na verdade, estamos apenas oficializando aquilo que já existe formalmente na Assembléia Legislativa. Existe aqui os deputados independentes. Estamos apenas dando entrada a um pedido oficializando o que existe formalmente nesta Casa. Era só isso.

Muito obrigado e parabéns.

O Sr. Moysés Leônidas

Agradeço, deputado Cartário, e antes até de falar seriamente, espero que também criando um bloco independente, não tenha também o bloco dos dependentes, porque a impressão que dá é que aqui uns dependentes, poucos dependentes utilizam-se dos independentes de alguns outros inocentes para fazer a sua caminhada rumo aos seus interesses de ordem política.

Quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer - o deputado Luiz Carlos Martins disse com muita probidade - já existe uma tendência ao chamado bloco independente, e todo Parlamento do mundo que se preze, tem o seu bloco de Situação, tem o direito de ter, o governo tem o direito de ter os seus adeptos, os seus defensores, todo Parlamento que se preza no mundo tem a sua Oposição, mas também tem a sua ala independente. A Câmara dos Comuns na Inglaterra é o maior exemplo disso; o Parlamento na América também é o maior exemplo disso; acho que a Mesa Executiva, democrática que é e já conhecedora desta situação, por certo vai facilitar, até porque se não facilitar de uma forma formal, a informalidade vai acabar tomando conta realmente e em especial nesta fase de descontentamento total como caminha a forma de governar no Estado do Paraná.

Quero cumprimentar Vossa Excelência, participei até de conversa com Vossa Excelência, tenho idéia sobre isso, do ponto de vista legal, acho isso importante e quero dizer mais, só vai acrescentar para a Assembléia Legislativa do Paraná, inclusive até para o governo e para a Oposição e Situação de um modo geral, porque muitas vezes até a hora de se falar aqui é calada.

Vejo com tristeza a posição do deputado Nelson Justus, quando estava presidindo a Assembléia, pedindo para que os deputados falem pouco.

Não posso me conformar com uma situação dessa, porque isso aqui é Parlamento, é lugar de falar, mesmo que não esteja agradando, todo mundo tem que colocar aqui a sua opinião.

Quando o próprio presidente pede para ser rápido, então já não passo a entender muito bem o que é que se pretende aqui nesta Casa, com todo respeito inclusive ao grande companheiro que tem sido o presidente Nelson Justus, mas aqui é uma Casa de se falar, é um Parlamento realmente para falar, e aqueles que às vezes se sentem incomodados, tem até o direito de não ouvir, de sair, mas que deve se falar, sim.

Então, quero comungar com a idéia de Vossa Excelência e dizer que, acho que a Assembléia Legislativa, a partir de 2001, nesse dois últimos anos, vai mostrar inclusive ao resto do Paraná, em especial à população descontente com alguns posicionamentos não tomados, com alguns tomados e acho que isso acrescenta e no crescimento da vida política, já que o

ano que vem pode ser um ano neutro, porque não teremos eleições. Mas, tudo preparado para 2002, que será o grande ano do embate do pleito eleitoral para o governo do Estado e também para a reeleição dos deputados.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Cartário, agradeço a sua atenção e o seu aparte.

Quero aqui manifestar o meu apoio à sua iniciativa e não tenha dúvida que qualquer iniciativa dos parlamentares tem que ser respeitada.

Mas quero fazer o meu comentário quanto ao que o deputado Moysés Leônidas falou, que na verdade em parte não concordo com ele. Porque o que não pode - estou aqui nesta Casa há 6 anos, procurando trabalhar, fazer o melhor, dentro das minhas possibilidades e de repente ouço o deputado Moysés Leônidas, querer dizer que aqui não trabalhamos e que muitos não trabalharam, porque servem a terceiros ou que os chefes mandam nos subordinados.

Quero dizer o seguinte, fui líder do governo aqui por quatro anos. Era líder do governo, amanhã me despeço. Não aceito essa colocação do Moysés Leônidas, porque aqui o parlamentar que tem qualidades, que quer participar do trabalho desta Casa, não precisa requerer aqui, é só participar. Aqui tudo funciona, desde que tenhamos vontade de fazer que as coisas aconteçam.

Quero dizer que não me sinto de forma nenhuma líder de ninguém, também não tolhi a liberdade de ninguém. Quero dizer ao deputado Moysés Leônidas se ele tem essa interpretação que os deputados aqui, não trabalham porque tinha um líder, um vice-líder ou líderes de partidos, quero dizer que não cabe à minha pessoa, porque ele teve a liberdade até esse momento, porque é um direito regimental, dentro desta Casa, para que ele exerça na sua plenitude o seu dever e o seu direito de deputado.

Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Questão de Ordem, senhor presidente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Gostaria que o deputado Moysés Leônidas deixasse concluir.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Mas a Presidência desconta o horário da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Senhor deputado, lamento, mas a "Questão de Ordem" não serve para o debate colateral?

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

O senhor me permite mais um aparte?

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Logo a seguir.

Com a palavra o deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Geraldo Cartário quero, antes de mais nada, elogiar a sua posição, até porque fui convidado pela sua pessoa de fazer parte do bloco independente, achei uma idéia brilhante.

Conversamos já várias vezes sobre isso, e quero fazer algumas colocações aqui, deputado Geraldo Cartário.

Não vejo porque tanta celeuma com a criação de um bloco independente da Casa. Confesso ao senhor que não vejo! Qual é o papel do deputado aqui? Se é bom para a população, votamos a favor. Se é contra a população, votamos contra. Pronto!

Não vejo do porquê da celeuma.

Várias vezes vi a Oposição votar a favor do governo aqui na Casa. Já vi várias vezes a Situação votar contra o governo. Daquele impasse hoje do IPVA. A própria Bancada do Governo se rebelou contra a mensagem do governo. Concorda?

Então não vejo porque tanta celeuma com a criação do bloco independente.

Deputado Geraldo Cartário, acho que é assim que tem que proceder o Parlamento. O Parlamento por inteiro tem que ser independente. Todos até temos que, obrigatoriamente, estarmos atrelados aos partidos políticos. Mas aí tem a obrigação de votar, é uma coisa muito complicada.

Estou colocando aqui, no entendimento que tive da sua proposta, é que realmente a Assembléia por inteiro tem que ser independente. Nós e a Assembléia temos que mostrar a sua independência, tomara Deus, possamos mostrar a sua independência nesse pequeno bloco que está surgindo agora na Assembléia. Quem sabe para frente toda a Assembléia possa pensar como está querendo pensar, o Bloco Independente.

Então, deputado Cartário, alguns companheiros da imprensa me fizeram uma indagação agora, digo companheiros porque sou jornalista. Perguntaram-me porque você entrou no bloco independente? Ironizei e disse que quem está no bloco independente não quer mais ser chamado "sócio atleta". Sócio atleta é aquele que participa em toda maratona e na hora de receber a medalha, elas são para o técnico. Então, bloco independente não quer ser mais chamado de sócio atleta, quer ser sócio de carteirinha e participar das honras com as medalhas.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Para concluir...

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado, solicito um aparte. Preciso responder ao deputado Rossoni porque não há nada de pessoal contra ele.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Mas Vossa Excelência vai responder oportunamente.

Para concluir, gostaríamos de dizer que essa criatividade de criar o bloco independente não é do deputado Cartário. Isso partiu do deputado Algaci Tulio, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins e tantos outros. Quero dizer que não estou e não serei o líder do bloco independente. Só gostaria de pedir a Vossa Excelência, que deu uma abertura muito grande neste parlamento e quero lhe cumprimentar pela creche e demonstrar o seu espírito democrático, aberto, quando permitiu pela primeira na Assembléia a Liderança das Oposições, porque não existia e creio que outro presidente não concordasse e Vossa Excelência concordou, estamos com mais de quinze assinaturas e que Vossa Excelência usasse o mesmo espírito democrático, criando também a Liderança independente nesta Casa.

Era este o nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Beto Richa.

O SR. BETO RICHÁ

(Lê):

Senhor presidente, senhores deputados. Quase seis anos atrás, desta mesma tribuna, comecei o meu primeiro pronunciamento parlamentar fazendo profissão de fé nas instituições políticas, na democracia.

Hoje às vésperas de deixar esta Casa, marcada por tantas tradições de civismo, para assumir um novo chamado popular - a vice-prefeitura da cidade de Curitiba - quero, de início, tal como antes, recitar o mesmo credo, sob o peso da mesma emoção.

Creio, senhor presidente - mais do que nunca - na democracia.

Creio na democracia política, social e econômica, fundada na dignidade da pessoa humana, na igualdade de direitos e de oportunidades e na prerrogativa de o nosso povo periodicamente eleger, como vem fazendo nos últimos quinze anos, os seus próprios governantes, sendo legítima qualquer escolha em que assim não se proceda.

Creio na democracia representativa, graças à qual Vossas Excelências e eu fomos escolhidos intérpretes da vontade popular.

Creio também na democracia participativa, que permite aos governados contribuir de forma direta para a formulação e o êxito das políticas públicas.

Creio, finalmente, no Brasil e nos brasileiros, no Paraná e nos paranenses - disse eu, naquela oportunidade, e volto a dizê-lo agora.

Por isso, acrescentei então, o meu primeiro compromisso seria como foi, nesta Casa - e sempre será, mesmo fora dela, a partir do instante em que transpuser as suas portas - com a democracia. Com a democracia - e somente com ela.

Eram esses, senhor presidente, senhores deputados, o espírito e os propósitos que me animavam.

Deveria eu, por outro lado, definir, desde logo, um perfil próprio, que me diferenciasse do político ilustre, cujo sobrenome carrego com muito orgulho.

Não obstante professamos as mesmas crenças, cultivamos os mesmos valores morais e éticos, éramos - e somos - como não poderia deixar de ser, personalidades diversas.

Devo a meu pai, José Richa, dentre outros méritos, o de ter-me deixado caminhar com meus próprios pés, o de permitir-me aprender à custa de meus próprios tropeços, dos meus próprios erros.

O segundo desafio não era menos árduo, ainda que comum a todos nós.

Deputado de primeiro mandato, cuja votação adveio tanto de municípios do interior quando da capital - ou seja, de eleitores cujas preocupações e desejos pouco tem em comum, cabia-me levar em conta e atender na medida do possível, as distintas realidades políticas, econômicas e sociais, dos que me apoiaram.

Desse modo, sem descuidar dos grandes problemas do País, de cuja complexidade, me inteirei em casa, desde cedo, e, mais tarde ao cursar engenharia civil, conscientizei-me de que devia eu retribuir à confiança dos milhares de paranaenses que generosamente escolheram o meu nome.

Cabia-me, então, refletir, no convívio com Vossas Excelências, e junto aos mais altos escalões do governo, os mais legítimos reclamos da gente humilde de nosso Estado, pleitos quase sempre fundados em políticas de saúde e de educação, de transportes e de segurança pública, de bem estar social, em suma.

Aos poucos consegui que se atendessem velhas e justas reivindicações da base política que me deu sustentação.

Estava cumprida parte de meus propósitos.

Preocupavam-me, porém, senhor presidente e senhores deputados, muitos outros problemas, envolvendo as políticas públicas de direitos humanos, de combate às drogas, de saúde, de educação, de segurança pública, de defesa do consumidor, além de questões específicas que diziam respeito ao funcionalismo, aos portadores de necessidades especiais, aos presos políticos, às crianças desaparecidas.

Permito-me destacar dentre todas, a indenização aos ex-presos políticos.

Com ela, pretendia dentre todas, a indenização aos ex-presos políticos.

Com ela, pretendia que o Paraná resgatasse a dívida contraída nas décadas de 60 e 70, indenizando, ainda que simbolicamente mediante modesta quantia, os

anos físicos e morais causados aos que, achando-se sob a guarda do Estado, sofreram violências ou torturas.

Outras unidades federativas logo repetiam essa iniciativa pioneira, que a seu modo contribuiu para o desarmamento dos espíritos e a reconciliação da família brasileira, até então cindida. A própria Anistia Internacional reconheceu o mérito da nossa iniciativa.

Senhor presidente, senhores deputados.

Ao contrário do que se possa pensar, não foi fácil a caminhada até aqui, em que pese a distância percorrida.

Dinâmica por excelência, a atividade política coloca-nos diante de situações inesperadas, de fatos imprevisíveis, de mudanças e transformações que às vezes nos levam a rupturas, a novas alianças, a um recomeçar constante - desafios permanentes a enfrentar e a vencer.

Foi o que aconteceu com o meu desligamento do PSDB, pelo qual me elegera e a cujos quadros políticos sempre estive ligado, até por laços familiares.

Impunha-se, no entanto, naquele momento, fazer uma opção, haja vista a filiação ao partido de algumas personalidades políticas que, sob a minha óptica, o desfiguravam.

Optei, então, sabedor dos riscos, cômico das incertezas, ao buscar abrigo na outra vertente da Social Democracia, que é o Partido Trabalhista Brasileiro, a mais tradicional de nossas agremiações, que me acolheu generosamente, e pela qual disputei a reeleição. Ainda sob sua bandeira pretendi candidatar-me à prefeitura da Capital.

Minha identificação cada vez maior com os problemas de Curitiba, cidade de meus filhos e minha mulher, na qual passei boa parte da minha vida, levou-me a sonhar em administrá-la.

Foi aí que um novo dilema se impôs: concorrer sozinho, ou aceitar a candidatura a vice-prefeito, que me ofereciam na chapa liderada pelo prefeito Cássio Taniguchi, que buscava a reeleição.

Optei novamente, vindo a integrar a coligação "Movimento de Curitiba Sempre Com Você", afinal vitoriosa no renhido pleito, que teve como contendor principal o nosso eminente deputado Ângelo Vanhoni, ao qual mais uma vez rendo a homenagem de meu apreço.

Por isso, as despedidas que ora lhes apresento. Por isso, esta prestação de contas, que também é um momento de saudade. Por isso, a renúncia que formalizei até o final deste mês.

Senhor presidente, nos últimos seis meses, a percorrer os bairros pisando vias asfaltadas, ou revestidas de anti-pó, ou ainda, o barro duro que as chuvas transformam em lama, voltei a deparar-me com pobreza, miséria, e outras carências sociais, em particular nas áreas em que a urbanização não se completou ou se fez, não obstante, o esforço desenvolvido por sucessivas administrações municipais, ao longo das últimas décadas.

Pude, então, constatar de perto as conseqüências da progressiva globalização de nossa economia, da

desnacionalização dos meios de produção, da transferência dos estabelecimentos bancários oficiais e particulares, das fábricas e dos supermercados, aos grupos estrangeiros, fenômenos mais ou menos recentes, que se somaram à crônica migração rural que "incha" as cidades.

Constatei que a fome, as doenças, o analfabetismo e a insegurança pública aumentaram desmedidamente.

É a outra face do poder, a outra face dos gabinetes.

Convivi senhor presidente, senhores deputados, com essa outra Curitiba, a Curitiba da periferia, a Curitiba das favelas, dos altos índices de violência - e cada vez mais me conscientizei de que o conjunto de nossa população espera políticas mais voltadas para o social.

Em que pese tudo isso, percebi também a esperança, que se manifestou nos dois turnos de uma disputa memorável, pelo comparecimento maciço às urnas - eleição decidida no instante derradeiro, por menos de trinta mil votos num universo de mais de um milhão de votantes.

Foi nítido o recado das urnas, decifrável mesmo pelos leigos.

O povo quer mudanças, e com elas a inversão das atuais prioridades.

Quer, é certo, a manutenção da estabilidade monetária, conquistada a duras penas, mas também quer desenvolvimento e progresso material.

O mesmo povo que, vinte anos atrás, pioneiramente clamava pelas Diretas-Já, nas ruas de Curitiba, hoje quer trabalho.

O povo quer emprego, trabalho já, emprego já, venha ele de onde vier, da cidade ou do campo, de novas fábricas, da ampliação das existentes, do mercado de prestação de serviços, ou da atividade rural estimulada.

O mesmo povo que brandava pelo restabelecimento dos direitos e das garantias individuais, hoje quer que se concretize a cidadania que lhe prometeram.

A verdade senhor presidente, senhores deputados, é que sem direitos e garantias efetivamente respeitados, não pode haver cidadania. e sem cidadania a Constituição Federal não passará de uma plataforma de intenções, quando não de um amontoado de disposições sem sentido.

É fora de dúvidas que a progressiva industrialização tem aumentado o número de empregos -mas isso não basta.

Por outro lado, se o povo quer novos projetos de urbanização, que possibilitem a Curitiba continuar sendo a cidade mais bem estruturada do País, a cidade pioneira a Capital Ecológica de que tanto nos orgulhamos com ruas limpas, cuidadas, bem iluminadas, com esgoto e saneamento básico, faz-se necessário, por outro lado, dispor iguais cuidados à área social.

Na mensagem que as urnas transmitiram, o povo pede mais escolas e universidades públicas, porque o

número de vagas nos estabelecimentos oficiais de ensino não cresceu o suficiente.

O povo pretende a instalação de novos hospitais, de novos postos de saúde, de novas creches, pois os que existem embora funcionem bem, não chegam para atender à demanda que se multiplicou nos últimos tempos.

O povo quer honestidade e transparência nos gastos públicos, em razão de contas mal explicadas administradores perderam o mandato.

De modo igual, o povo não mais aceita conviver com o narcotráfico, a lavagem de dinheiro, o roubo e o desmanche de veículos, práticas que a omissão a tibieza, e até a cumplicidade de alguns, estimularam, comprometendo o bom nome do Paraná, construído ao longo de quase um século e meio pelos nossos maiores estadistas e administradores.

O povo porém, ao contrário do que muitos pensam, não quer milagres, quer simplesmente ação.

E o que o povo quer, é perfeitamente possível de lhe darmos desde logo, uma vez que a moralidade, a impessoalidade, e a eficiência no trato da coisa pública, antes de serem mandamentos constitucionais de constarem de códigos de ética ou de leis de responsabilidade fiscal, são deveres e obrigações elementares de cada um, lições que os nossos antepassados nos transmitiram.

Concedo aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Beto Richa, quero neste momento em nome da Liderança do PTB me associar a este momento, que com certeza lhe é muito marcante. Ouço com atenção o seu pronunciamento e percebo em Vossa Excelência um momento de profunda emoção. Realmente, admito ser muito difícil para Vossa Excelência, neste instante, fazer este pronunciamento na Casa. De alguém que ao longo de seis anos, pelo seu segundo mandato, no convívio com seus nobres Pares desta Casa, adquiriu com certeza, aqui, a mais alta respeitabilidade deste Parlamento, pela sua conduta ilibada, decente, de um político equilibrado, de um político que com certeza construiu uma história, fruto da ação determinada e empreendedora do jovem deputado Beto Richa, que herdou de seu pai uma herança extraordinária, que herdou de seu pai, com certeza, aquilo que é o de mais importante e primordial para o homem público, que é o respeito da sociedade para-naense

O deputado Beto Richa teve a incumbência de representar este legado que o nosso querido, saudoso, governador e senador deixou para Vossa Excelência, aqui no Paraná. Associo-me, em nome do PTB e neste momento temos uma alegria enorme em saber que o deputado Beto Richa não apenas encerra uma página da sua história política, aqui no Parlamento Estadual, mas que começa, com certeza, a construir uma nova caminhada, muito mais importante, e porque a sociedade do Paraná lhe convocou. E o homem público não tem o direito de mandar no seu

mandato ou na sua vida política. Quem determina nossos passos são aqueles que são nosso maior patrimônio: nossos eleitores, E o eleitor de Curitiba convocou o deputado Beto Richa. E o deputado Beto Richa vai às urnas e novamente é consagrado nas urnas, elegendo-se vice-prefeito da chapa do nosso prefeito Cássio Taniguchi.

Portanto, esta nova caminhada que Vossa Excelência começa a construir, deputado Beto Richa, com certeza é amparada em passos firmes, determinados, de um homem que adquiriu a respeitabilidade do Parlamento e do Paraná como um todo e que, com certeza, a grande maioria daqueles que aqui estão, deputados, aqueles que tiveram a alegria de ser prefeitos no passado e conviver com nosso querido governador e senador José Richa, tem a saudade de correr o Paraná com o deputado Beto Richa.

Com certeza, num futuro bem promissor, vamos rever e relembrar os velhos e históricos momentos daquele que, com certeza, escreveu uma história importante, e marcou um momento importante no cenário paranaense que é seu pai. E, vamos viver novos embates e estes embates, com certeza, serão calcados pela experiência, pela serenidade, pelo diplomata Beto Richa que todos nós queremos ver galgando um dos cargos mais importantes deste Paraná, que é o governo do Estado. Não sei se neste momento, mas muito em breve.

O nosso PTB, deputado Beto Richa, se orgulha de ter nas suas fileiras um deputado de valor, do quilate, da decência, da honradez de Vossa Excelência.

Parabéns pelo seu pronunciamento! Esta peça oratória é o espelho maior da sua qualidade como homem público. Esta peça oratória que Vossa Excelência apresenta nesta tarde, é uma demonstração da sua capacidade, da sua inteligência. O PTB se orgulha de ter seu nome nos seus quadros!

Parabéns, felicidades na sua nova empreitada!

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputado Beto Richa, escuto seu pronunciamento neste momento importante da sua vida. Durante o período de seis anos Vossa Excelência participou, em conjunto com demais deputados que compõe esta Casa, ajudando a escrever a história do Estado do Paraná, apoiando sempre projetos e ações dentro desta Casa no interesse do povo paranaense.

Vossa Excelência foi convocada a participar de uma chapa majoritária para que pudesse, nesta composição, ocupar o espaço de vice-prefeito para trabalhar, agora no Executivo, em prol da defesa dos moradores da capital do Estado do Paraná, da cidade de Curitiba.

Em meu nome e em nome da Bancada do PFL, venho lhe trazer aqui um forte abraço e lhe desejar um sucesso total nesta nova empreitada que Vossa Excelência irá participar. E dizer que neste período que estivemos juntos na Casa, ficou claro para cada um de nós a sua posição ética, a sua maneira de comportar-se dentro da Casa, em cada votação, em cada projeto. A convivência

com todos, com a Mesa Executiva, com os deputados e funcionários, sempre de uma forma tal a qual o senhor ganhou a administração de todos nós.

E tenho certeza que este período serviu para fazer com o senhor viesse a ter um amadurecimento dentro desta Casa que lhe projetou agora como vice-prefeito da capital do Estado. E, com certeza, num futuro próximo, seu destino, seu caminho, seus futuros passos que o senhor aprendeu em casa com seu pai, que no passado ocupou posições e mandatos políticos no Estado e muito honrou os paranaenses. Tenho certeza que seu caminho, seu destino será brilhante! E, tenha certeza que aqui nesta Casa você vai deixar saudades a todos aqueles que conviveram com você.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado Plauto, pelas palavras generosas!

Com o aparte, o deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Beto Richa, tenho certeza que todas as palavras aqui serão unânimes e semelhantes, mas, quando Vossa Excelência falou a primeira vez como eleito, logo após as eleições, disse que eu representava um pouco o sentimento dos seus conterrâneos, do nosso povo de Londrina. E, vendo Vossa Excelência fazendo a despedida do Parlamento, gostaria até de não estar tratando de Vossa Excelência, mas do amigo das missas da Catedral de Londrina, do Centro Comercial, da Concha Acústica, enfim, das corridas de Kart. E, dizer que Vossa Excelência cresceu no tamanho e conhecemos a estatura do homem na infância, dá para medir a estatura do homem na infância e Vossa Excelência que já era grande na infância se tornou um grande homem e ganhando e galgando cada vez mais a confiança, principalmente do povo de Curitiba, que é um povo exigente e que sabe o que quer nesta cidade cantada em verso e prosa no mundo inteiro com sua qualidade de vida.

E ainda na condição de vice-prefeito de Curitiba, e pelas informações que vemos pelos jornais do cargo que Vossa Excelência ocupará na administração, que Vossa Excelência representa também como vice-prefeito, que será a de continuar construindo esta grande obra que é Curitiba, a responsabilidade de Vossa Excelência vai aumentar e aí vai trazer por certo a maior gratificação na sua vida pública, que é a experiência no Executivo, fazendo desta experiência um mestrado, para que Vossa Excelência possa, como disse o deputado Ademar Traiano, galgar o alto posto do Paraná, exatamente pela semente deixada pelo “bonachão”, apelido carinhoso de José Richa, como chamávamos lá em Londrina.

Então, quero dizer a Vossa Excelência como amigo e como colega parlamentar, que Vossa Excelência não está se despedindo, é um até breve, porque a sua vida está toda voltada para a vida pública e volto a afirmar a Vossa

Excelência que os filósofos já diziam que o grande homem a sua estatura é medida na infância. Conheço a infância de Vossa Excelência e estou podendo inclusive, viver para ver o grande homem que Vossa Excelência se tornou.

Parabéns, e que Deus ilumine realmente o seu caminho, como tem iluminado sempre. Um abraço.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado Moysés Leônidas, pelo seu carinho e pelas palavras.

O Sr. Cesar Silvestri

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Caro amigo, deputado Beto Richa, tenho certeza absoluta que me tornei repetitivo, mas fique Vossa Excelência sabendo que o senhor deixará saudades nesta Casa. São muitos amigos que fez e me incluo entre eles e fico extremamente, feliz de ver que não é apenas o seu amigo, deputado Cesar Silvestri, que tem a visão da grandeza da pessoa que Vossa Excelência é. Muito mais do que os projetos que Vossa Excelência apresentou nesta Casa, muito mais do que as conquistas que Vossa Excelência conseguiu com muita luta, com muito sacrifício e sou testemunha disto, desde a sua primeira eleição junto comigo no PSDB para deputado estadual, a sua reeleição, esta brilhante conquista agora como vice-prefeito de Curitiba, mas muito mais do que estas conquistas, Vossa Excelência marcará época na Assembléia Legislativa pela pessoa que Vossa Excelência é, um homem de caráter, um homem extremamente ético, um homem extremamente coreto e um homem que como eu disse - fez amigos e fará amigos por onde Vossa Excelência passar.

Deixa saudades a esta Casa, deixa saudades ao amigo Cesar Silvestri e tenha certeza absoluta que o senhor poderá contar não somente comigo, mas com a grande maioria dos deputados que aqui estão para todas as caminhadas que Vossa Excelência percorrer ao longo de sua vida pública. Feliz um pai que tem um filho como Vossa Excelência!

Sempre quando falam, deputado Beto Richa, se referem a seu pai, um grande homem, um homem que realmente honrou todo o Paraná, mas Vossa Excelência conseguiu o seu espaço graças a sua personalidade, sua competência, sua luta e sua dedicação e tenho certeza absoluta que ainda falaremos muito no nome do deputado Beto Richa na política do Paraná. Com certeza Vossa Excelência é o que existe de melhor, é o que de melhor passou pela Assembléia Legislativa e sempre tenho dito a todos os meus amigos, o deputado Beto Richa é o que existe de melhor na política do Estado do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Beto Richa, também neste momento em meu nome pessoal - e tenho certeza dos demais companheiros da Bancada de Oposição - quero me congratular com Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz e dizer que realmente ao longo não só destes seis anos, mas ao longo de toda uma vida política que pessoalmente tenho construído neste Paraná, podemos estabelecer laços de amizade e laços de trabalho político.

A história toda começa, evidentemente, em 1968, quando meu pai se elegeu vereador, pelo MDB, em Jardim Alegre - ao lado de seu pai, José Richa, que era o grande líder político nosso, na cidade de Londrina. Desde então estabeleceu-se essa amizade: com José Richa, dona Arlete, posteriormente com o Zeca, o Beto e o Adriano.

Quero dizer que a sua saída da Assembléia deixará em todos nós, uma marca de saudade da sua pessoa, da sua família e da sua equipe de assessores, que são também nossos amigos e companheiros no dia-a-dia.

Tenho certeza, a exemplo de como se conduziu nesta Casa, na vice-Prefeitura ou na secretaria que ocupará na Prefeitura Municipal de Curitiba, Vossa Excelência continuará engrandecendo a todos nós, os políticos.

Disse bem Vossa Excelência, que conviveu com todos aqueles que concordavam ou divergiam - devo dizer que na maioria concordei com Vossa Excelência, tive um momento de divergência e é sabido de Vossa Excelência que foi no processo eleitoral, quando o nosso partido, em um primeiro momento, apoiando a candidatura do Maurício Requião e em um segundo momento, a do Ângelo Vanhoni, divergíamos naquele momento - divergíamos em uma disputa eleitoral. Mas nunca divergíamos nas posturas políticas, que ao longo da nossa vida, posso dizer, construímos juntos guiados, inicialmente, pelo Zé Richa e pelo saudoso sim, Natal Pessuti.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado.

Concedo um aparte, ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Veja só, ilustre deputado Beto Richa, nós, do PDT, pelas qualidades de Vossa Excelência e pela amizade que desfrutamos com a sua pessoa, tentamos de todas as formas possíveis conservá-lo, nesta Casa. Porque era indispensável, como sempre - nas palavras dos nossos oradores que nos antecederam - a sua presença, para o erguimento, não só desta Casa de Legislativa, pelo trabalho que Vossa Excelência dispensava e dispensa nas suas representações políticas, do interior e da nossa Região dos Campos Gerais, onde conhecemos de perto a presença vossa no trabalho representativo, junto ao governo do Estado.

Tentamos, queríamos conservá-lo nesta Casa, mas a vontade da maioria do povo curitibano está nos tirando desse convívio fraterno e amigo e, realmente é o que não desejávamos.

Mas o destino faz com que tomemos os caminhos, sem a vontade própria a ser obedecida. Acredito e tenho a certeza absoluta, que o destino de Vossa Excelência, já nessa escolha da maioria do povo curitibano, irá se fazer em outras escolhas. E desejo, nesse instante, que sejam bem maiores do que esta que Vossa Excelência se despede, nesta tarde, para assumi-la.

Desejamos, como amigos que somos, tanto da sua família, que tivemos a honra de ter e desfrutar da amizade do seu pai, como também de você e de todos os seus familiares, que seja pleno de sucesso, como foi sua carreira esportiva, quando disputando em igualdade, em condições e, principalmente, em elegância, fazia com que você saísse vencedor, como sempre o foi. E na disputa eleitoral respeitando os seus colegas que, temporariamente eram adversários, mas que seriam colegas deputados do amanhã, como somos hoje, teve a elegância na disputa.

Tenha você a felicidade no cargo que você será investido.

Meus parabéns, Beto.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado pelo aparte, deputado Zuk.

Concedo um aparte do deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Cara deputado Beto Richa, hoje fico triste, porque começamos juntos lá atrás, politicamente nos elegemos para o primeiro mandato no PSDB. Fomos para o PTB juntos. É claro que a sua saída daqui me deixa triste. Ouvi cada deputado falando e começamos a pensar como nossa vida muda! Espero sinceramente, que o senhor possa ter muita felicidade na Prefeitura. Oxalá que essa grandeza política, essa coisa centrada, equilibrada que o senhor demonstrou aqui na Assembléia venha prevalecer na Prefeitura de Curitiba.

Ouvi atentamente o seu discurso, quando o senhor discorria na questão social de Curitiba, e esse modo, a maneira do senhor pensar é que me levou inclusive a apoiar a sua indicação para vice-prefeito e indicará também no meu Partido no qual estamos juntos, o PTB. Fico muito feliz porque vencemos a batalha para eleição da Prefeitura de Curitiba, embora fique chateado porque vou perder o companheiro, aquele do dia-a-dia, aquele de boa conversa, da conversa nos corredores, do bom papo.

Não tenha dúvida que o senhor vai fazer falta na Assembléia, porém espero que a sua grandeza política, demonstrada aqui nesta Casa e dita agora por todos os senhores deputados, não venha ser ofuscada na Prefeitura de Curitiba, que o senhor possa desempenhar o papel político, na Prefeitura de Curitiba. Digo isso por quê? Porque temos antecedentes, o próprio deputado Algaci Tulio está aqui na minha frente, posso citá-lo como uma pessoa que foi ofuscado politicamente, quando foi vice-prefeito. Espero que eles não cometam o mesmo erro,

porque o senhor demonstrou nesta Casa, que tem maturidade e grandeza política e tenho certeza absoluta que, se deixarem o senhor trabalhar, irá também desempenhar um grande papel político na Prefeitura de Curitiba, inclusive com o meu apoio o senhor sabe disso.

Parabéns, estou me despedindo do senhor Moysés Leônidas foi muito honesto e sincero em dizer até breve, porque vamos nos encontrar aqui, se Deus quiser.

Um abraço.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputado Beto Richa, eu até não iria usar aqui da palavra, mas ouvindo o seu discurso ouvindo Vossa Excelência discorrer sobre uma parte da sua história política, me motivei a fazer este aparte, porque comecei a lembrar a campanha para a Prefeitura de Curitiba e lembrei que, em alguns momentos, em alguns caminhadas por Curitiba, Vossa Excelência se emocionando e muitas vezes chegando às lágrimas diante da miséria que presenciou e que não tinha tanta certeza que existia em Curitiba. Como muitas vezes declarou, Vossa Excelência hoje conhece mais Curitiba, com certeza.

Sei também que Vossa Excelência tem um compromisso muito grande com a nova oxigenação na política do Paraná, Vossa Excelência faz parte dessa nova oxigenação e gostaria que - e Vossa Excelência já sabe da minha opinião - quando tentarem ofuscar o seu trabalho, quando tentarem impedir o seu caminhar em Curitiba, conte conosco, nos chame! Mais do que nos chamar, convoque o povo porque o povo passou a lhe conhecer, com a sua maneira simples, autêntica e acima de tudo responsável, principalmente com a questão social!

Parabéns, que Deus lhe abençoe, que Deus lhe proteja, que você tenha força e não desanime nunca! Obstáculos Vossa Excelência vai encontrar e muitos, como já está encontrando. Chega, na política, deputado Beto Richa, de ser usado somente na época eleitoral! Chega, deputado Beto Richa, de sermos usados apenas na campanha política! Chega de ajudar a fazer o bolo e este bolo, depois, ser dividido entre poucos! Queremos que o bolo de Curitiba seja dividido com todo o povo e principalmente dividido com aqueles que mais sofrem, com aqueles que estão à margem da produção, que estão à margem do atendimento à Saúde, à Segurança, o atendimento à Educação. Conte com todos nós! Nesses momentos se lembre dos seus discursos inflamados com o povo de Curitiba, lembre, nesse momentos dos seus compromissos com o povo de Curitiba e tenho certeza que Vossa Excelência vai começar um novo caminho para muita gente no Paraná, na nova oxigenação da política para-naense.

Parabéns!

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Deputado Beto, comecei a minha vida com o seu pai, com o Annibelli, eu era mestre de cerimônias do finado Heitorzinho de Alencar Furtado, quando foi assas-

sinado em Mandaguari. Comecei no MDB, apresentando Deuchiel, Richa, Álvaro, tantos outros companheiros, me lembro que corri o Paraná com o seu pai e com o finado Ulysses Guimarães, quando este saiu candidato à Presidência da República e eu era o mestre de cerimônias nas apresentações do finado Ulysses Guimarães. E aprendi muito com o seu pai, e você sabe que a minha luta sempre foi na área da cidadania, na área da ação social, não tenho culpa de ter um gabinete abarrotado de seres humanos que gritam por cidadania, sou um deputado voltado à Segurança, voltado ao combate ao Narcotráfico; há mais de 30 anos gritando, já derramei muitas lágrimas de sangue por causa dessas violências! Apesar das armações, continuo com a cabeça erguida, sem dever nada a ninguém neste Estado e nesse País, mas devo-lhe um beijo na sua alma, porque corri esta capital com Vossa Excelência, bairros, vilas, indústrias, e tive a galhardia, a satisfação de todas as reuniões que participei com Vossa Excelências de nunca chegarmos a agredir o nosso companheiro Ângelo Vanhoni, nunca agredimos ninguém, íamos e levávamos a nossa proposta.

Proposta de cidadania, de justiça social, proposta de mudanças, e sou testemunha que vossa Excelência trabalhou nesta campanha, sou testemunha que Vossa Excelência mereceu ser o vice-prefeito municipal desta capital, e tenho certeza absoluta que Vossa Excelência terá o seu espaço reservado como vice-prefeito, como secretário de Obras, e tenho mais certeza ainda que Vossa Excelência vai marcar época na história política da administração Cássio Taniguchi e Beto Richa e ficará divinamente marcada nos anais da política do Estado do Paraná.

Seja feliz na sua caminhada, um beijo na sua alma, da sua esposa, dos seus filhos, da senhora sua mãe e do senhor seu pai, o qual considero um grande estadista na política do meu País.

Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Beto richa, ouvi há poucos momentos, o deputado Annibelli, dizer se também eu não ia me despedir da Assembléia, visto que também fui eleito vice-prefeito.

Certamente que o Annibelli falou isso não com vontade de eu sair daqui, como os 54 deputados desta Casa não têm vontade alguma de Vossa Excelência sair daqui, pela sua lealdade, o seu companheirismo, pela sua inteligência, pela forma como Vossa Excelência se comporta.

No caso, gostaria de desejar a Vossa Excelência que fosse não só um pé vermelho na Prefeitura de Curitiba, visto que há muito tempo não conheço um pé vermelho governando a prefeitura da capital.

A exemplo dos que conheço, um pé branco, como foi um é branco valoroso, que o pé do Algaci Tulio, o pé branco valoroso, entusiasta, visto que o deputado Algaci Tulio saiu desta Casa, assumiu o cargo de vice-prefeito,

se transformou num pé quente, ao ponto de lá sair da Prefeitura, o governador eleito.

Desejo que Vossa Excelência também seja um pé quente, que saia daquela Prefeitura o governador do Paraná. Espero que nós deputados, senão na próxima, mas em alguma outra legislatura, que Deus nos dê saúde e que o povo entenda as nossas mensagens para sermos eleitos, para que aqui sim, presenciarmos a sua volta, não como deputado, mas voltando aqui para tomar posse como governador do Estado.

Muito obrigado.

O SR. TONY GARCIA

primeiramente, deputado beto richa, lhe peço permissão e desculpa por quebra de protocolo, por não tratá-lo como Vossa Excelência. eu o conheço há muito tempo, sou seu amigo há mais de 18 anos, e peço para chama-lo de você, meu amigo.

Nesse momento, fico triste de vê-lo deixar aqui a nossa Casa, já que o meu primeiro mandato, convivi muito pouco tempo com você. Mas o meu convívio com você, pessoal, com a sua família, com a minha família, o meu irmão que é muito amigo seu também, ficamos triste neste momento.

Quero parabenizá-lo pela sua carreira até aqui, não só em meu nome, mas de todos os companheiros do PPB, que foram aliados da chapa vitoriosa, a prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi e Beto Richa.

tive a oportunidade de acompanhar, a campanha inteira estivemos lado a lado, no que era bom e no que era ruim durante a campanha, sofremos e tivemos momentos de alegria e, fico contente agora com a carreira política que você faz, se desliga nesse momento e assume a Prefeitura de Curitiba.

Acredito que pelo sua conduta até hoje, pela sua honestidade e pelo seu caráter e até a sua formação familiar vamos ter um excelente vice-prefeito, um excelente secretário de Obras e o Cássio é muito inteligente, um excelente prefeito, vai saber enaltecer as suas qualidades com toda a certeza.

Você sairá de lá, aí sim, quero abraçá-lo como amigo, como deputado.

Disse o nosso amigo Geraldo Cartário, para um projeto maior. Um projeto maior de uma candidatura ao governo do Estado que tenho certeza, que nessa Casa lhe abraçaria com grande honra neste projeto.

Deixo um grande abraço, não só meu como do PPB e de toda a minha família, nessa sua nova caminhada.

O SR. MARCOS ISFER

Agradeço o aparte e gostaria de dizer, deputado Beto Richa, que Curitiba se sente muito honrada tendo Vossa Excelência como o nosso vice-prefeito. Mas, Vossa Excelência também terá uma missão de levar esta visão social que Vossa Excelência toda vida traduziu às nossas ruas.

Terá a missão de ser a parte política da nossa Prefeitura, juntamente com o prefeito Cássio. Tenho certeza que esta missão será cumprida com galhardia e com a mesma forma brilhante que Vossa Excelência exerceu o seu mandato de deputado.

Pode contar sempre conosco como contou durante a campanha, e pode saber que terá sempre na nossa pessoa um aliado.

O Sr. Algaci Tulio

Quero cumprimentá-lo, dizer a satisfação de apartear o mais novo vice-prefeito da cidade de Curitiba.

Não desejo nesse meu aparte, historiar a minha carreira política, que me levou por duas ocasiões a ocupar este honroso cargo, com muito orgulho, de ser o prefeito da cidade de Curitiba, na gestão inicial do então prefeito Jaime Lerner. E nessa gestão do prefeito Cássio Taniguchi.

Mas, torcer por Vossa Excelência como já disseram aqui os demais companheiros, esperar que Vossa Excelência tenha o espaço que realmente o vice-prefeito precisa ter.

Aliás é necessário que se regulamentasse a Lei Eleitoral e que se definisse as situações e as posições e as condições em que pode atuar o vice-prefeito. O vice-prefeito não pode ser mais aquele que é popular e que leva o titular a ser reconhecido pela população ou o vice-prefeito não pode ser aquele que às vezes tem o poder econômico para ajudar a ganhar uma eleição. O vice-prefeito tem que ser reconhecido, tem que ter o seu espaço político e a sua atuação dentro de uma Prefeitura. Tenho certeza que o momento em Curitiba é outro. Se talvez no período em que fui vice-prefeito do Cássio Taniguchi, não tenha tido espaço que desejava e por esta razão resolvi voltar para esta Casa e me submeter a mais um plebiscito da população, espero e tenho certeza que Vossa Excelência, até mesmo pelo resultado da eleição, fará com que o vice-prefeito seja mais respeitado, seja ouvido e participe das decisões.

Torço por Vossa Excelência, o nosso Partido teve a felicidade de escolhê-lo e tenho certeza que vindo para Curitiba, na função de vice-prefeito, ganha um destaque extraordinário, espero que tenha tantas oportunidades como tive nas minhas duas gestões como vice-prefeito e vemos em Vossa Excelência, um potencial muito grande de, num futuro bem próximo, que venha a ser convocado, de preferência pelo nosso Partido, quem sabe, a disputar o cargo de governador do Paraná.

Desejo sucesso, felicidades e que Deus lhe ajude.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado.

Concedo aparte ao deputado José Maria Ferreira e em seguida ao deputado Beraldin.

O Sr. José Maria Ferreira

Vou ser breve, porque tudo que disser, vai ser redundância daquilo que já foi colocado.

Não poderia me furtar de homenagear, neste momento em que faz a comunicação do desligamento da Assembléia Legislativa, para vir ocupar o cargo de vice-prefeito de nossa capital e faço isso em reconhecimento à sua postura ética, à sua postura de homem correto e sobretudo, que tem esperança na política e que a política o aguarda e a vida pública o aguarda com ansiedade, especialmente neste cargo que vai executar.

Que Deus o ilumine e que possa fazer aquilo que ditar a sua consciência e o seu sentimento de cidadão e homem cristão e de um homem com o seu tempo e com as responsabilidades que assume nele.

Parabéns e que Deus o ilumine.

O SR. BETO RICHÁ

Agradeço.

O Sr. Beraldin

Deputado Beto Richa, não poderia deixar de apartear-lo neste momento, que considero um momento onde Vossa Excelência está com emoção nesta tribuna e é compreensível porque Vossa Excelência chegou aqui na Assembléia e se reeleger com muita luta e com muita vontade. Sempre senti isso em Vossa Excelência, uma vontade de ser o melhor deputado possível e de ser exatamente aquilo que é, chamado deputado excelência. É chamado de excelência porque é excelente e Vossa Excelência sempre foi excelente.

Recordo-me do seu pai quando comecei a minha vida pública em 1982, José Richa se elegeu governador. Muitas alegrias, muitas emoções da campanha de 82, depois a Campanha das Diretas, enfim, não é preciso lembrar aqui, mas fui vereador de Curitiba e Vossa Excelência vai voltar a viver o que vivi como vereador, sentir o pulsar da cidade, sentir o desenvolvimento de Curitiba, o crescimento ordenado e desordenado, é uma experiência fantástica. Vossa Excelência vai deixar este Parlamento e muitos amigos, e vai sentir saudade, mas vai para uma missão que vai desempenhá-la com grandeza.

No seu discurso, Vossa Excelência colocava a questão social e Vossa Excelência sabe que a construção do asfalto é importante, mas mais importante, é o cidadão que caminha sobre o asfalto, na busca de saúde, na busca de habitação, na busca de emprego, enfim, é para esse cidadão que Vossa Excelência, que nasceu para a vida pública, deve voltar os seus olhos. Tenho certeza que podemos colaborar com a Prefeitura de Curitiba. Ainda ontem falei, deputado Beto Richa, com o senador Osmar Dias e como senador Álvaro Dias e perguntei a eles se poderiam ir à Prefeitura de Curitiba para prestar o apoio ao município de Curitiba - lá em Brasília, ambos me disseram tranquilamente: vamos marcar com o prefeito Cássio e com o vice-prefeito eleito Beto Richa, vamos à

Prefeitura dizer que nós, em Brasília, estamos lá para ajudar naquilo que for possível para que Curitiba e sua população tenham uma melhor qualidade de vida.

Desejo a Vossa Excelência alegria no cargo e na certeza que - como alguns aqui falaram - o cargo de vice às vezes é importante e às vezes não é, não importa o cargo, o que importa é a competência. Vossa Excelência onde estiver, seja em qual secretaria for, Vossa Excelência saberá o seu espaço através de dois critérios fundamentais: competência e trabalho.

Parabéns, sucesso.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado Beraldin.

Concedo aparte ao Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Difícil acrescentar qualquer palavra ainda, depois que ouvimos todos os nossos colegas deputados, mas não poderia ficar alheio nessa manifestação, Conhecemos o Beto Richa como homem público, como pessoa e, acima de tudo, como amigo. A Vossa Excelência que deixa, a partir do dia 31 de dezembro, a vida legislativa e parte para a vida executiva, apenas queremos ratificar as palavras de todos os deputados que já fizeram a sua manifestação, e desejar ao ilustre amigo, companheiro e deputado - futuro vice-prefeito de Curitiba já eleito - desejar êxito, sucesso nessa sua nova missão, na certeza que novos postos Vossa Excelência vai galgar na vida pública.

Um abraço.

O SR. BETO RICHÁ

Obrigado, deputado Elio Rusch.

Concedo aparte ao deputado Hidekazu Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama

Companheiro Beto Richa, quero nesse momento me somar ao depoimento e aos parabéns de todos os companheiros desta casa - já com sentimento de saudades.

Não é preciso ser um homem de muita visão para perceber que nasce, no Paraná, aliás, se consolida no Paraná, uma nova liderança. Percebendo a sua idade, somando já experiência adquirida ao longo da sua vida política como parlamentar e agora consolidando a sua postura como uma nova liderança que surge no Estado do Paraná, aliás, se consolida no Paraná, uma nova liderança. Percebendo a sua idade, somando já experiência adquirida ao longo da sua vida política como parlamentar e agora consolidando a sua postura como uma nova liderança que surge no Estado do Paraná. Temos a certeza que essa etapa será de fundamental importância para consolidar todo trabalho que o Estado do Paraná espera de Vossa Excelência.

Estou muito feliz por saber que Vossa Excelência estará ao lado de um grande homem que é o prefeito Cás-

sio Taniguchi, para ajudar a gerenciar esta cidade que é uma das melhores do mundo. Tem defeitos, mas ao lado de suas grandes virtudes, de uma cidade que ainda pertence a um País que tem um longo trajeto a percorrer para chegar à condição de primeiro mundo. Deixo, aqui, meus parabéns, e não poderia me furtar de parabenizar a Vossa Excelência e dizer da minha alegria de saber que estará junto ao Executivo desta cidade. cidade onde vivo e pretendo deixar a minha herança, o meu legado, a minha família na posteridade. Deus te abençoe na sua trajetória.

Tenha certeza, companheiro Beto Richa, que estarei, nas minhas orações, colocando Vossas Excelência para que cada dia possa galgar uma postura maior. Digo isso porque sabemos que Vossa Excelência não é pessoa de fazer muito discurso. Mas nós o conhecemos ao longo da nossa experiência e já numa frase conhecida por todos: existem pessoas cujas vidas, aquilo que fazem, fala tão alto que não conseguimos ouvir o que eles dizem. Vossa Excelência é o contrário, fala pouco, mas o pouco que Vossa Excelência fala, somando à sua postura, à sua coerência, ao equilíbrio e à maturidade, todas essas coisas somadas, demonstram e comprovam que temos um grande líder em estado de consolidação, para que o Paraná venha a ganhar um homem público da sua envergadura.

Tenho a certeza que a herança deixada pelo grande governador Richa está no seu código genético e também na experiência que Vossa Excelência já acumulou. Deus te abençoe nessa nova fase de sua vida.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado Takayama.

Concedo um aparte ao deputado Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse

Agradeço o aparte e reitero uma frase que alguma “Maria” num canto de Curitiba, falou no meio da eleição: “A fruta não cai longe do pé.” E você Beto, sai na esteira da história de seu pai trazendo a responsabilidade da campanha mais aguerrida da história do Paraná, principalmente aqui na capital, trazendo no teu nome, o desequilíbrio da campanha e a vitória para a nossa Curitiba. Por isso, a nossa participação e de todo o nosso grupo veio realmente, especialmente, do interior, com muito prazer, participando lado a lado com você e às vezes sendo até confundidos com você.

Por isso, vou cobrar um cachê mais tarde, porque isso me valeu algumas vaias e alguns aplausos, mas muito mais vaias, porque o lado adversário estava temeroso com você, e por isso você foi o desequilíbrio da campanha. E a tua responsabilidade junto ao novo mandato do Cássio Taniguchi é muito grande. Por isso peço ao prefeito também, como falei ontem ainda com ele, que lhe respeite e a seus secretários, dando toda a guarida pela tua competência, não só na campanha, mas como

pessoa que é, sendo também o melhor vice-prefeito de Curitiba.

Parabéns e sucesso, Beto!

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado Kielse.

Concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Beto Richa, além de ter uma amizade com Vossa Excelência aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e ter admiração pela sua postura como deputado estadual, a minha família tem relação com sua família. O meu pai foi do mesmo governo que o seu, antes do seu pai ser prefeito de Londrina, quando o seu pai ainda trabalhava no gabinete do governador do Estado, naquela época Ney Braga, o meu pai, naquela oportunidade, era presidente aqui da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, quero que Vossa Excelência receba, não só da minha pessoa, mas da minha família, dos meus irmãos que Vossa Excelência conhece, toda a sorte para que ajude Curitiba a superar os desafios que a nossa cidade tem.

Boa sorte, um bom ano e um feliz Natal para os senhor e para sua família!

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado Ângelo Vanhoni.

Concedo um aparte ao deputado Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli

Deputado Carlos Alberto Richa, me sinto não só como seu colega, mas na obrigação de mais velho, fazer um aparte nessa sua despedida, de dizer e relembrar a história em que tive a felicidade de ser motorista do seu pai, junto com o meu pai, o velho Antônio Annibelli, na campanha de 1970. O Pessuti falava de 68, do seu Natal Pessuti, o Vanhoni fala do pai, o presidente da Assembléia Legislativa, o deputado Vanhoni, e lembro a história com que fizemos a campanha para senador para o seu pai, ao lado do meu pai, que eram deputados federais no Congresso Nacional.

Então, tive o privilégio de participar com homens que fizeram a história deste Paraná, homens que tinham, como o seu pai tem, o “H” maiúsculo, tradição, paranaísmo, amor à Pátria, dignidade, honra, coisa difícil nos dias atuais. Mas, tenho a certeza, não só como tenho sido motorista do seu pai e do meu pai, aprendi com ele, viajando, aprendi a respeitar a pessoa pobre, a humildade, o interior, aqueles carentes, com fome de justiça, com ânsia de governos. E Vossa Excelência foi criado neste lar como fui criado, como o Ângelo Vanhoni foi criado, como nós todos fomos criados. Uns, políticos. Outros foram conquistando sua vida, mas temos a história. E Vossa Excelência, que foi criado neste meio bom, não poderia ser diferente.

Eu, como deputado estadual fui seu conselheiro, também, quando Vossa Excelência foi candidato a vereador. Lembro-me perfeitamente. E lembro-me que depois, colegas, Vossa Excelência abriu mão para eu ser 3º Secretário, em nome do PSD, e Vossa Excelência levando meu nome para nosso querido deputado e saudoso e nosso padrinho, Anibal Khury. Então, não poderia me furtar de nesta hora, de uma despedida deste Parlamento, de lembrar destes fatos. E, tenho certeza absoluta que o Cássio Taniguchi venceu o Ângelo Vanhoni - não venceria, mas venceu porque Vossa Excelência fez a diferença na escolha, quando Vossa Excelência foi escolhido vice-prefeito. Pela sua tradição, pela sua história, pelo cheiro de povo que Vossa Excelência tem, pela história de seu pai. E pelo grande homem que Vossa Excelência é, pelo seu caráter, pela sua dignidade, pela sua honra. Nossa Curitiba está orgulhosa da sua escolha de vice-prefeito, porque Vossa Excelência fez a diferença neste último pleito.

Vá com Deus e que Deus o acompanhe e seja muito feliz na sua trajetória política.

O SR. BETO RICHÁ

Muito obrigado, deputado Annibelli.

Agradeço a todos os deputados. Confesso que me sinto emocionado e ao mesmo tempo gratificado pelas manifestações de amizade, de carinho e de apreço de todos os senhores deputados, com os quais convivemos ao longo de seis anos; ou dois anos, no caso dos deputados mais novos.

(Lê):

“Senhor presidente, senhores deputados:

É tempo de concluir e de agradecer.

Quero que saibam que deixo esta Casa muito gratificado pelas demonstrações de amizade e de apreço, que recebi de todos - demonstrações que, nesta hora de despedidas e de saudades, voltaram a se repetir, nos apartes que tanto me honraram.

Mesmo os que de mim divergiram, como deles também divergi em determinadas ocasiões, sabem que estaremos unidos pela busca do bem comum - que é o denominador de nossa atividade.

Quero ainda que saibam que, do outro lado da Praça de Nossa Senhora da Salette as portas do gabinete que me for destinado permanecerão abertas para todos os deputados e povo de Curitiba.

Permitam-me formular um agradecimento ao corpo funcional desta Casa, dos servidores mais humildes ao diretor-geral Abib Miguel, pela atenção com que me trataram, à nossa imprensa, que estes anos todos nos acompanhou e deram cobertura aos trabalhos legislativos da Casa.

Devo agradecimento especial aos que me auxiliaram no gabinete. Reparto com eles o êxito que eventualmente obtive, sem que possam ser responsabilizados pelos desacertos que porventura cometi.

Quero ainda mencionar, de modo particular, a compreensão, o apoio e o carinho recebidos de minha mulher, Fernanda, de meus filhos, e dos demais familiares, que foram fundamentais na caminhada destes últimos anos. A eles, muito obrigado.

Muito obrigado, também, a Vossas Excelências, senhor presidente, senhores deputados, cuja amizade pretendo para sempre preservar.

Muito obrigado a todos.”

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso)

Encerrado o Horário do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças. PL, PST.

(Declinam)

Consultamos à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu Horário.

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado José Maria Ferreira, com argumentos transcritos na imprensa do Paraná e do Brasil, fazia com que esta Casa tomasse conhecimento daquilo que ocorre com uma das melhores companhias de energia elétrica deste País.

E nós, do PDT, estamos dispostos, conjuntamente ao deputado José Maria Ferreira e aos demais deputados que vierem a se somar, a lutar até o fim contra a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, fazendo com que apresentemos agora doze principais razões defendendo que a empresa continue sob o controle estatal.

São as seguintes as razões.

(Lê):

“Dispondo-se a lutar até o fim contra a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o Partido Democrático Trabalhista apresenta suas doze principais razões defendendo que a empresa continue sob controle estatal.

1 - Empresa superavitária: A Copel é uma das empresas estatais mais lucrativas do Paraná. Portanto, não contribui com o déficit nas contas do Estado, mas, ao contrário, ajuda a diminuí-lo.

2 - Patrimônio do povo: A Copel é do povo paranaense, construída com o suor do trabalho de nossos pais e avós. Não resulta das improvisações de alguns poucos governantes que são transitórios.

3 - Tecnologia de ponta: A Copel exporta tecnologia, estando na vanguarda com o suor do trabalho de energia através da construção de hidrelétricas, que estão entre as melhores de toda a América Latina.

4 - Fomento: A Copel atende micro e pequenos agricultores e empresários com políticas diferenciadas. Financia o desenvolvimento do Paraná, considerando os elevados interesses do povo.

5 - Empresa estratégica: Única empresa de energia elétrica do Brasil que gera, transmite e distribui energia.

E energia é poder que o Paraná não pode se desfazer de uma hora para outra.

6 - Privatizações suspeitas: As estatais privatizadas no Brasil até aqui, foram entregues por valores muito abaixo do verdadeiro valor patrimonial das empresas. E não será diferente com a Copel se consumada a sua privatização.

7 - Soberania e independência: A copel possivelmente seja vendida para grupos estrangeiros, desnacionalizando ainda mais a nossa economia e tornando-a cada vez mais dependente de decisões externas.

8 - Investimento social - A Copel atende a população de baixa renda levando energia aos mais distantes lugares. Por sua vez, a iniciativa privada costuma investir somente onde há lucro garantido.

9 - Desenvolvimento: A Copel é uma empresa que teve papel fundamental no desenvolvimento de nosso Estado. Seus programas de eletrificação rural e urbana deram impulso à nossa economia e à nossa agricultura.

10 - Fiscalização: A administração da Copel, nas mãos do governo, pode ser fiscalizada por todos. O contrário acontecerá se ela for parar nas mãos da iniciativa privada, pois passará a ser gerenciada como uma empresa qualquer.

11 - Qualidade de vida: Energia elétrica é qualidade de vida. E qualidade de vida está diretamente ligada a ações governamentais e não a ações de empresas particulares.

12 - Exemplos fracassados: Em outros Estados várias empresas de energia foram privatizadas. O resultado foi o aumento desenfreado das tarifas, a baixa qualidade nos serviços e redução do investimento em produção e tecnologia”.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, o PDT somando com aqueles que pensam nessa Casa, que não querem entregar o patrimônio que é do povo, neste instante torna público, através da nossa palavra, a posição da nossa Bancada, somos contra e estaremos vigilantes até o final para que não entreguem a interesses outros que não seja o interesse da família paranista, a melhor companhia de energia elétrica deste país, que é a nossa Copel.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso)

Ainda durante o Horário das Lideranças com a palavra o PT.

Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados. A secretária de Estado da Educação há poucos dias mandou uma mensagem - assim que foi reempossada no cargo na Secretaria de Estado - para vários deputados e tem feito agora publicações nos jornais e na televisão sobre a eleição de diretores. A eleição de diretores no Paraná era direta, a grande maioria dos governadores adotaram esta

postura de escolha direta pela comunidade escolar para que o diretor fosse escolhido por ela e nomeado pelo governo, teve a regulamentação feita pela lei do agora deputado federal Rubens Bueno, lei esta que o governo do Estado entrou com ação direta de inconstitucionalidade, ganhou numa instância e perdeu em outra. A lei está em vigor, a secretária de Estado diz que não está, mas está em vigor, lei esta que mesmo que o governo ganhasse a inconstitucionalidade poderia adotar por um princípio democrático e acolhê-la com tranquilidade, pois seria um ato administrativo, afora a margem à lei, porque a inconstitucionalidade da lei não obriga a escolher o diretor de outra forma, mas ainda assim permite que ele seja escolhido pela eleição direta, não está proibido de fazê-lo, apenas coloca uma lei na inconstitucionalidade, mas ela não está inconstitucional e o debate vai se travar no início do ano que vem, os senhores verão.

Mas, neste momento em que a comunidade escolar se preparou para a eleição em outubro, a Secretaria de Estado da Educação, Alcione Saliba, tinha ido para Brasília e lá ficou por pelo menos uma semana e tivemos oportunidade de encontrá-la, inclusive, na Primeira Conferência Nacional de Educação, aonde ela tinha um papel para falar sobre educação, ela fez uma exposição, foi contestada, inclusive, na exposição, por algumas pessoas do Plenário e ela permaneceu lá quando o governador procurou outros secretários. Várias pessoas foram consultadas para ser secretário de Estado da Educação e ninguém quis este abacaxi, ninguém queria, era muita trapalhada, era muita coisa que tinha que ser arrumada e então aí ela voltou ao cargo, e coloca agora como fato consumado, passado já o período eleitoral que era outubro, a eleição para os diretores.

Estamos no final do ano, não há possibilidade de fazer eleição, então, vamos indicar diretores por seis meses. Dessa forma, com esse mecanismo, vai-se aos poucos solapando a possibilidade democrática, para escolhermos diretores. Porque se indica, agora, em julho vamos ver, e vai deixando para lá.

Temos um projeto de lei que disciplina a eleição direta para diretor - mais um projeto de lei. Também foi consultado por vários deputados da base de sustentação do governo, na possibilidade de votarmos um projeto alternativo, onde a escolha, através da eleição direta, indicaria uma lista tríplice para a escolha do governador e a lei diria: termo preferencialmente indicado ou mais votado. Era uma possibilidade também louvável de muitos deputados da base de governo, de tentar interferir positivamente nesse processo.

Não conseguimos avançar, porque tínhamos problemas como as CPI's, o orçamento e tantas outras coisas que afunilam no final do ano. Mas o debate tem que ser levantado, nesta casa. Não dá para ficarmos engolindo, porque daqui a uns dias teremos os diretores nomeados, pela vontade da secretária, muitas vezes nomeados pela vontade de alguns parlamentares - isso não dá para aceitar, por mais que os parlamentares tenha excelentes

indicações, para os cargos. Não abre uma possibilidade enorme em transformar as escolas em redutos eleitorais de deputados federais, entre nós mesmos.

O que queremos e é a nossa vontade - que fique bem claro - é um mecanismo de eleição direta. Vamos eleger diretamente o cargo de diretor ou da diretora da escola. Colocar lá todos aqueles que são concursados, que têm uma vida digna, sem processo administrativo dentro da carreira escolar. Cometeu alguma besteira, destituído sumariamente e coloca-se em seu lugar o vice-diretor - aí, sim, há a possibilidade da indicação provisória. Acho que essa possibilidade temos que abrir, porque essa cláusula da eleição não pode permitir que a pessoa fique cometendo barbaridades e trapalhadas administrativas e permanecer no cargo.

Quero lavrar aqui o nosso protesto, da Bancada do PT, contra a decisão da secretária. Ela foi imprudente, lenta, deixou o fato se consumir, da não escolha de diretor de forma direta, como prevê a legislação. E agora, com o fato consumado, no final do ano, no afogadilho, chama para a escolha do Colégio Eleitoral, que é um termo muito ruim, porque lembramos a disputa, no final da ditadura militar - lembramos da situação dos Estados Unidos, onde está toda aquela polêmica, da situação do Fujimori, no Peru.

Dos dias 22 ao 24, serão escolhidos os diretores - é um período em que os professores, senão estão fechando as notas nos seus cadernos de classe, estão de férias ou não estão nem aí para eleição. É o período, em que os pais estão querendo viajar. Poucas pessoas vão participar da eleição.

A secretária me abordou pessoalmente, há poucos dias, na Assembléia e falou, se eu não achava legítima a escolha, pela APM, pelo Conselho Escolar, pelos professores que ali estão. Falei que o problema não era o de legitimidade, é de conceito de democracia. Para mim democracia é a participação de todos, de toda a comunidade.

Agora, refletindo melhor, deputado Divanir Braz Palma, acho que tem problema de legitimidade devido a data, porque devia ter pouca gente lá. A representatividade desse Colégio Eleitoral - que não concordo - vai ser tão pífia, que traz em seu bojo a ilegitimidade do processo.

Quero lavrar veementemente aqui o nosso protesto. Vamos ver o que é possível fazer. Estou fazendo a recomendação que nas escolas, a comunidade de professores convoque eleição simbólica por todos e indique o mais votado. As escolas que têm essa possibilidade, de fazer o enfrentamento, o façam. E as escolas também que querem outro tipo de protesto, não escolham a ninguém, deixem acéfala a escola, para provocar uma decisão unilateral da secretária. Porque está repassando às escolas esse problema - que não é delas e nem do diretor atual e nem da classe dos professores. É um problema da secretária que foi lenta, ineficiente, para tratar da questão da direção e eleição dos diretores nas escolas do Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem 037/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, no valor de R\$632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a criação de obras não previstas no Orçamento para o ano de 2000. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Geraldo cartário, constante do expediente, encaminhando nome dos membros para a composição da Liderança Suprapartidária Independente - LSI. **À Comissão Executiva.**

Projeto de Decreto Legislativo de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria dos senhores deputados Miltinho Puppio, Tony Garcia, Ademar traiano, Divanir Braz Palma e Beto Richa, constante do expediente alterando o Regimento Interno. **Esta Presidência avoca para si a decisão e manda à Comissão Executiva e amanhã decide.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para esclarecimento do Plenário: Vossa Excelência despachou à Comissão Executiva, assunto relativo à prorrogação das CPI's?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Das CPI's, é competência da Comissão Executiva.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, como trata-se de CPI, há na mesa um requerimento de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio dos senhores deputados Ricardo Chab, Serafina Carrilho e Ricardo Maia, constante do expediente, em Regime de Urgência, solicitando a prorrogação de 72 horas, porque a CPI termina o seu prazo amanhã e desloca-se, na sexta-feira, para cidade de Maringá. Queria pedir a compreensão do Plenário, que é soberano, no momento que Vossa Excelência colocar em votação este requerimento, que entenda que é um momento emergencial, ouvir o senhor Paulik, em Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pois então passo a decidir, em vez de amanhã decidido hoje, já. Vossa Excelência tem as 72 horas improrrogáveis e todas as CPI's têm apenas 30 dias, exclusivamente, para apresentar o seu relatório.

Está decidido.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, Vossa Excelência havia acatado um requerimento, uma Questão de Ordem para que a Comissão de Justiça debatesse sobre o artigo 36 do nosso Regimento Interno sobre a imperatividade do término das CPI's. É imperativo que elas terminem, porque já foram prorrogadas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acabei de decidir, deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Pois não. O correto, na minha avaliação, interpretando o artigo 36...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É um caso especialíssimo, que haveremos de compreender que já estão convocadas algumas testemunhas. A CPI do Narcotráfico terá mais 72 horas para interrogar. As demais já estão encerradas e apenas 30 dias de prazo para apresentar o seu relatório final.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Presidente, na condição de relator da CPI do Narcotráfico, quero tornar público ao Plenário que não temos condições de preparar o relatório da nossa CPI em 30 dias. Isso porque vamos ter este período agora de recesso legislativo e mais, vamos voltar em 15 de fevereiro. A pretensão deste relator é apresentar o relatório em 15 de fevereiro tão logo retomado às sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a Questão de Ordem de Vossa Excelência até porque no período de recesso esse prazo não conta.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, antes que Vossa Excelência entre em outro assunto, porque agora em confundi de novo a cabeça. Vossa Excelência está prorrogando, por decisão da Presidência por 72 horas?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro, até porque deputado Pessuti, estou buscando aqui o equilíbrio, o bom senso, por 72 horas para que a Comissão de Narcotráfico dê andamento àquilo que ela já iniciou, ao interrogatório que deva ser concluído, e 30 dias, não contando como recesso, para que as comissões apresentem o seu relatório final.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas, senhor presidente, veja bem, o parágrafo 3º do artigo 36 diz: "A comissão que poderá atuar também durante o recesso parlamentar", poderá, evidentemente, falei bem isso.

Mas a partir do momento que Vossa Excelência diz que não fluirá o prazo no recesso parlamentar, significa que a partir do dia 16 de fevereiro teremos mais 30 dias, então iremos até o dia 15 de março, significa, janeiro, fevereiro, março, 90 dias, a bem da verdade.

Mas é sabido também que possivelmente teremos convocação extraordinária para o mês de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não me consta esse tipo de informação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Porque veja bem, sei que Vossa Excelência está tentando achar uma solução, mas que não seja também, evidentemente uma solução que leva essas CPI's para mais 90 dias, porque as CPI's podem funcionar por 120 dias, mais 60, todas já ultrapassaram esses 180 dias, todas, e agora estão recebendo mais 90 dias.

O SR. ALGACI TULIO

Deputado Pessuti, posso contribuir?

O período regimental das CPI's terminam amanhã, dia 14. Agora, o relatório independe, quer dizer, amanhã já estão abertas vagas para mais dez CPI's na Assembleia, independe a questão do relatório, no meu entendimento com o término da CPI, o relatório é um pró-forma, é a continuação, mas independe da questão Parlamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Permita-me discordar de Vossa Excelência. O término da CPI não é o término dos trabalhos, é a apresentação, é a votação do relatório na própria comissão, evidentemente aí a apresentação dele no Plenário.

Quero deixar registrado em meu nome pessoal e acredito que da Oposição, que discordamos da decisão de Vossa Excelência, porque na minha avaliação pessoal ela não tem amparo pessoal.

O SR. BERALDIN

Se me permite, quero também concordar com o deputado Orlando Pessuti. Na verdade, as CPI's que estão instaladas nesta casa, elas culminam como seu trabalho na apresentação do relatório, antes, aprovação do relatório dentro de cada comissão instalada, após a aprovação final do relatório que se dará pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

Agora, quando Vossa Excelência diz que terá 30 dias, evidentemente que não teremos oportunidade de instalar as novas CPI's enquanto essas não forem concluídas, porque entraremos no período legislativo, 15 de fevereiro, 15 de março, evidente que vamos entrar no período legislativo no próximo ano discutindo as velhas CPI's.

Queria, na verdade, apenas para debatermos o assunto, talvez pedir a Vossa Excelência para que encerre as CPI's que estão instaladas hoje na Casa, e não alongue mais 72 horas, que se apresente o relatório e que termine com as CPI's, para que possamos instalar as outras CPI's que estão na fila.

Espero que entre essas que estão na fila, estejam aquelas que pretendemos que sejam instaladas aqui e não aquelas outras que foram apresentadas durante esta semana.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Como presidente da CPI dos Supermercados, se não tivermos o prazo que Vossa Excelência citou, peço aos demais companheiros, inclusive ao deputado Beraldin que faça o relatório por nós.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quer dizer que Vossa Excelência queria se socorrer dos universitários.

Pela Ordem, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente Nelson Justus, Vossa Excelência não sei se vai adotar a colocação que fez o deputado Algaci Tulio: "que elas encerram e só ficariam para depois a apresentação do relatório teria mais 30 dias, não contados no período do recesso".

Porque o artigo 38, já vai totalmente ao contrário: - "Ao término dos trabalhos da comissão apresentados relatórios consubstanciados, com conclusões que será publicado no Diário da Assembléia Legislativa".

Como é que vamos ficar?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou esclarecer à Vossas Excelências.

Não quero em dois momentos: primeiro, não me passa pela cabeça que alguém, durante o recesso, vá apresentar nenhum tipo de CPI.

Respondendo à questão do deputado Beraldin: Ora, temos um recesso até 15 de fevereiro dado ao extenso trabalho que os comissionados tiveram e os nobres Parlamentares tiveram durante esse período, fornecemos 30 dias, durante o período legislativo que inicia 15 de fevereiro, para que eles apresentem o seu relatório.

As CPI's estão encerradas, apenas a conclusão do seu relatório, elas têm 30 dias. É uma decisão da Mesa Executiva para se encerra esse assunto de uma vez por todas.

Porque apresentam projetos de resolução querendo mudar o Regimento Interno e, para resolver esta situação tomei essa decisão depois de conversar com os membros da Mesa.

Equilíbrio e bom-senso às vezes arranham um pouquinho o nosso livrinho, mas vocês hão de convir que estamos sendo rigorosamente equilibrados.

Agradeço a compreensão de Vossas Excelências.

Pela ordem, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Fiz uma Questão de Ordem por escrito a Vossa Excelência, com relação às CPI's que apresentamos à Mesa.

Gostaria de saber se Vossa Excelência decidiu em relação à Questão de Ordem, que levei à Mesa.

Enfim, qual foi a decisão que Vossa Excelência tomou?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pois não, já tinha apresentado a decisão, peço escusas a Vossa Excelência, porque apresentei a decisão à imprensa. Pensei que tinha respondido em data de ontem.

Não tenho aqui a questão levantada por Vossa Excelência, mas me recordo a respeito do erro, na questão do artigo. Também já decidi, deputado.

(Lê):

"O erro na indicação da pessoa ou coisa que se referir à declaração de vontade, não viciará o Ato quando, por seu contexto e pelas circunstâncias se puder identificar a causa.

Portanto, erro accidental.

1 - o erro accidental diz respeito às qualidades circunstâncias ou acessórias da pessoa ou do objeto, não terá qualquer influência coma perfeição do Ato Jurídico;

2 - impossibilidade de anulação por erro accidental não induz anulação por Ato Jurídico, por não incidir sobre a declaração de vontade;

3 - não se concederá como erro, o que não se derivou exclusivamente da vontade das partes, desde que decorra necessariamente da natureza do direito a que acede, como no presente caso, que o requerimento expressa corretamente os dispositivos normativos do artigo 36 do Regimento Interno deste Poder. E não, do artigo 33 conforme foi datilografado".

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Vossa Excelência poderia fornecer uma cópia da decisão de Vossa Excelência?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro, só não nomeiei a Vossa Excelência, porque trata-se de um esboço. Transcrevi artigos do Código Civil.

Faço questão de formular uma resposta por escrito. Peço escusas porque pensei no atropelo das nossas sessões, que ontem tinha lhe dado a informação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência me deu a informação através da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com muita humildade, peço desculpa.

Farei por escrito, amanhã sem dúvida nenhuma.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

Para esclarecimento ao deputado Vanhoni, com relação à Ordem do Dia, deixamos de votar o item 1 da pauta na Sessão Ordinária para votá-la na Sessão Extraordinária em seguida (Programa Estadual de Incentivo à Cultura).

Há requerimentos de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para as Emendas nºs 11 e 12, oferecidas ao Projeto de Lei nº 399/2000. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Gostaria que a mesa Mesa nos informasse se o requerimento do deputado Rossoni foi protocolado antes daquele que protocolamos no mesmo sentido?

É o tratamento que foi dado aos requerimentos das CPI's. Talvez o meu esteja posteriormente ao dele ou o dele na fila, posteriormente ao meu.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência está coberto de razão. Há dois requerimentos. O do deputado Rossoni e um firmado por Vossa Excelência e outros deputados. O senhor quer saber qual chegou antes?

O do deputado Rossoni chegou antes.

O seu chegou às 15:40 e o do deputado Rossoni tem também o horário de 15:40. O número do deputado Rossoni é 002508-1-1. O do senhor é 002509-1-1.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Apenas lamento que o protocolo tenha sido feito às 15:40 porque entregamos à Mesa às 15:00 e às 15:10 eu

já havia me pronunciado da tribuna, anunciando que tinha entregue à Mesa. Houve um retardamento na autenticação no relógio que se encontra à mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento do deputado Valdir Rossoni.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Preferência de qual emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Emendas 11 e 12.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, qual é a emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos lê-la.

A Emenda nº 11 é o substitutivo geral.

O SR. RICARDO CHAB

Queria saber da minha emenda, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A sua é em seguida.

Este, é preferência.

Continua em votação o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados. Encaminho contrário à preferência de votação, requerida pelo deputado Rossoni, porque entendo que as Emendas nºs 8 e 9 firmados por nós e por deputados da Bancada de Oposição e por outros parlamentares, atendem de forma mais completa e mais ampla os anseios dos proprietários de veículos automotores do Estado do Paraná.

Por quê? Porque as emendas de números 8 e 9, dão ao contribuinte, evidentemente, uma condição melhor para fazer o pagamento do tributo que lhes é imputado em função da propriedade do veículo. A Emenda nº 8 estabelece que o pagamento poderá se processar em nove parcelas: a primeira em fevereiro, a última em outubro, de forma que não se desrespeite em momento algum o Código de Trânsito Brasileiro nem o Conselho Nacional de Trânsito que estabeleceu que os pagamentos do IPVA e, conseqüentemente, em especial, o licenciamento dos veículos, deva estar concluído até o mês de outubro.

Portanto, ao dividirmos o pagamento para aqueles que não puderam pagar à vista e em nove parcelas, estaremos dando às pessoas uma condição mais favorável, mais tranqüila de honrar o seu compromisso perante o fisco estadual e municipal. Já que esse tributo, também, é um tributo que vai para os municípios. E nossa intenção de parcelar em nove vezes o tributo, é no sentido de que possamos, realmente, desafogar todo o peso de

tributos, taxas e contribuições que as pessoas têm principalmente no início do ano.

A Emenda nº 9 justamente prevê um desconto de 20% e não 15% - como pretende o substitutivo, - para aqueles que vão pagar no mês de janeiro. Pelo motivo claro que o mês de janeiro é um dos meses mais sufo-cantes para todos nós do ponto de vista do desembolso que temos que fazer com o IPTU, com o material didático ou com o compromisso que os empresários fizeram para pagar o 13º e oferecer-se no mês de fevereiro, também, um desconto de 15%. Vejo que é uma forma de atender-mos àqueles que, por algum motivo não puderam pagar em janeiro, mas que querem pagar a cota única em fevereiro, que o façam com um desconto também atra-tivo, permitindo que o governo e os municípios arrecadem com maior volume.

É lógico que se aprovarmos agora, o requerimento de preferência que pede o deputado Valdir Rossoni e se aprovado for o substitutivo, tenho comigo que Vossa Excelência declarará prejudicada as demais emendas. E com isso as emendas que apresentamos, não só nós, mas os demais parlamentares, estarão prejudicadas em análise.

Então, ao encaminhar essa votação faço já um questionamento à Mesa: aprovada a preferência de votação e o destaque que está sendo pedido - não sei se foi pedido destaque talvez só a preferência de votação para a Emenda nº 11 e para a nº 12 - pergunto à Vossa Excelência se o nosso requerimento pedindo que seja também destacada as Emendas nºs 8 e 9, se será levado à consideração deste Plenário, e se aprovadas as Emendas nºs 8 e 9, se elas terão, evidentemente, condições de alterar o texto anteriormente aprovado no substitutivo, caso ele venha a ser aprovado.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Gostaria de pedir ao Plenário para que votasse pela derrubada desse requerimento, para que tivéssemos a votação em separado, de todas as emendas. Para que o Plenário discutisse, amplamente, cada emenda.

Esse assunto é de conhecimento de todos os senhores deputados aquilo que está sendo colocado em votação, hoje, o IPVA. Aliás, acho que nunca se discutiu tanto o IPVA como desta vez e a Assembléia só tem a ganhar com isso, porque o projeto inicial do governo era um projeto que ia muito fundo e, de repente, o próprio governo foi maleável e reconheço o trabalho do deputado Rossoni.

Porém, temos emendas melhores e, entre elas, destaco a minha. Para eu não ser prejudicado, gostaria que o Plenário derrubasse o requerimento, para que pudéssemos votar as emendas separado, e que cada emenda tivesse a sua discussão hoje neste Plenário.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou presenciando um pequeno impasse diante da votação das emendas que estão sendo apresentadas. O deputado Valdir Rossoni apresentou um requerimento requerendo precedência na votação; o deputado Ricardo Chab também apresentou um requerimento da mesma natureza. Parece-me que, como vai ter uma decisão de mérito a respeito da matéria em discussão e acho que para suprimir este impasse, que as emendas fossem votadas com base no número de inscrição das emendas. E aí o Plenário poderia se manifestar a respeito do mérito da matéria, sem detrimento do requerimento do deputado Pessuti, do deputado Rossoni, se fossem retirados os dois e correria o curso das emendas. São poucas as emendas, a discussão é uma discussão própria já de todo o Plenário, acho que podíamos dirimir esse pequeno impasse formal, mas irmos direto a discussão do conteúdo das matérias.

Era essa a minha sugestão, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, o que acontece na nossa preferência de votação é uma questão regimental, porque se votarmos emenda por emenda, automaticamente teremos que derrubar as emendas que se referem contrariamente à nossa posição. Por isso é que pedimos a preferência de votação para as nossas emendas, porque é claro que aprovada a preferência de votação e numa eventualidade de ser aprovado o nosso substitutivo geral, tem algumas emendas que serão prejudicadas. Por isso é que pedimos a preferência de votação para facilitar até o encaminhamento da votação, foi por essa razão.

Por isso peço aos senhores parlamentares que sabem que fizemos um esforço muito grande para negociarmos esta questão, para encontrarmos um denominador que pudesse contentar as partes. E a nossa proposta, senhor presidente, é aquela proposta subscrita por mais de trinta senhores parlamentares, o qual pedimos para que votem favoravelmente à preferência de votação, para depois votarmos as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Coloco em votação o requerimento firmado pelo deputado Valdir Rossoni.

Os deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

Vinte (20) deputados são a favor.

Os deputados que rejeitam o requerimento, permaneçam como estão.

Vinte (20) deputados são contra.

Vinte a vinte. **Aprovo o requerimento** que requer a preferência de votação e justifico: jamais vi nesta Casa uma discussão tão boa como a do IPVA, ao contrário do que noticiou a imprensa hoje, que disse que foi o governo que cedeu. Não foi. Foram os deputados que conquistaram.

Em votação o requerimento de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Edson Strapasson e Hermes Fonseca, constante do expediente.

Está rejeitado o requerimento.

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2000, que altera a redação da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995 (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). PARECERES DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

Em votação o projeto, ressalvadas as Emendas.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa, apesar de que votei com a Liderança do Governo, com o deputado Rossoni, porque entendo que a placa, no final, já é uma coisa do passado. Mas, gostaria de dizer neste instante que o governo concordou em estender a seis pagamentos, e ainda com desconto de 15%, deve-se a um trabalho muito bem feito, que quero cumprimentar o deputado Ricardo Chab.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aliás, já o fiz publicamente.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Atendendo à preferência do requerimento do deputado Valdir Rossoni, coloco em votação o substitutivo geral firmado por diversos senhores deputados.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, pelas mesmas razões pelas quais já o fizemos da tribuna, em dias anteriores, quero manifestar em meu nome, e tenho certeza em nome da Bancada da Oposição, nosso voto contrário a este substitutivo, porque ele não contempla às reivindicações que até nós chegaram, da população, no sentido de que apresentássemos emendas contemplando o contribuinte com um desconto de 20%, para quem pagasse em janeiro, cota única; de 15% para quem pagasse em fevereiro, em cota única. E que também estendêssemos o prazo, como foi intenção, inclusive, do deputado Ricardo Chab, ao propor o retorno do pagamento com o final da placa, que estendêssemos o prazo para pagamento parcelado até o mês de outubro, que é o prazo final estabelecido para o licenciamento dos veículos.

A Bancada da Oposição e também o deputado Ricardo Chab e outros deputados, como Beraldin, Augustinho Zucchi, Litro, Renato Gaucho, Pastor Praczyk, que está me sinalizando também, deputada Serafina, enfim diversos parlamentares firmaram compromisso de alongar este prazo de pagamento do imposto, IPVA, quando parcelado.

É evidente, senhor presidente, que os parlamentares desta Casa, da Situação e da Oposição, debateram incansavelmente este assunto, ao longo dos últimos tempos. E foi, sim, uma conquista, já, esta que conseguiu em seis meses. Não tenham dúvidas! Mas, em conquista, senhores deputados, que já está sendo sufocada pelo Poder forte, Executivo, dizendo que é o governo quem está concedendo isto. Não é verdade! Isto é mentira! O governo mandou a esta Casa uma proposta de três parcelas, de 12%. Quer dizer, bastou os senhores deputados mostrarem algum tipo de reação, bastou os senhores deputados da Oposição e da Situação mostrarem que estavam atentos aos reclames da população, para que o governo, num primeiro momento, cedesse à pressão dos seus deputados, mas no momento seguinte, na primeira esquina que percorreu, já veio o governo do Estado a diminuir o esforço e a postura dos parlamentares, inclusive, daqueles que lhe dão sustentação nesta Casa.

Por esta razão, nada mais correto, nada mais justo do que nós, mais uma vez, mostrarmos como pretende e como discursou o deputado Geraldo Cartário, como discursou o deputado Ricardo Chab e o deputado Luiz Carlos Martins, com relação à formação de um bloco de independência. É hora de mostrarmos que temos independência para, num projeto como este, não eliminar, não dar nada a mais do que a população merece, nada mais do que aquilo que podemos fazer, que é oferecer uma condição de pagar o IPVA em até nove vezes.

Por que não dar o desconto de 20% para ser um atrativo e as pessoas pagarem em janeiro? Por que não dar àqueles que não puderem pagar em janeiro, por qualquer motivo, a condição de pagar em fevereiro com um desconto de 15%? Se votarmos o substitutivo da forma como está proposto, iremos tirar da população a expectativa de restabelecer um calendário histórico e tradicional, onde as pessoas tinham até o final do ano para pagar o imposto. Estamos trazendo para o mês de outubro e, quem sabe no futuro possamos trazer para mais perto no início do ano, mas, não vamos repetir, aqui, aquilo que foi feito no ano passado, quando se sufocou o contribuinte obrigando-o a pagar o imposto no mês de fevereiro. Inclusive, aqueles que tinham acabado de pagar o imposto no mês de dezembro, que eram os proprietários de veículo placa 0.

Por esta razão, senhor presidente, mesmo considerando que avanços aconteceram nesta proposta do substitutivo, mas não são avanços que atendem à súplica e ao anseio da maioria desta Casa, da Oposição e da Situação. Não são avanços ainda que reestabelecem a normalidade que sempre existiu na

cobrança do IPVA. Não são avanços que interessam de forma geral à população do Estado do Paraná. São avanços conquistados pelo esforço dos deputados, não pelo esforço do governo, mas que ainda não dão o alento e a alegria que precisa ter o contribuinte. Este sim, deve ser, por nós, contemplado com aquilo que melhor podemos fazer.

Por esta razão encaminho contra o substitutivo, pretendendo que o mesmo seja derrotado, para que possamos discutir emenda à emenda, já que a nossa preferência também foi derrotada. E possamos voltar a discutir a Emenda a nº 1, a nº 2, a nº 3, todas as emendas, para que possamos dar ao IPVA do ano 2001 a dignidade e a normalidade que ele sempre teve.

Por isso encaminho contra a votação do substitutivo geral.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

A intenção era realmente fazer com que discutíssemos emenda por emenda e vi durante esta semana e na semana passada, pela Comissão de Justiça, um esforço de alguns deputados como os deputados Pessuti e Ricardo Chab que apresentaram suas emendas e estamos vendo aqui frustrada toda esta tentativa.

Agora, vou votar também contrariamente porque vi, ano passado, o que o IPVA representou ao povo do Paraná. Vi a maioria absoluta das pessoas, até de classe média, não poder viajar no sufoco do pagamento do seu IPVA. E, acho que todos temos consciência da necessidade que o governo tem de fazer caixa. Agora, que faça seu planejamento durante o ano.

O governo, quando gasta desordenadamente, não pode tirar do "lombo" do povo, tudo de uma vez. E quero deixar consignado aqui, para não sofrer as agruras que sofreu na votação do ano passado. Você dá um voto de confiança ao governo que não dá voto de confiança em contrapartida.

Então, quero fazer das palavras do deputado Pessuti as minhas, porque acho que tentar, com uma artimanha do próprio regimento, não discutir as emendas, é cercear o direito de fazer qualquer justificativa por parte dos deputados, de apresentar sua propositura, de apresentar seus pontos de vista, até porque a comunidade precisa saber exatamente o que é que cada um pensa.

Então, senhor presidente, quero dizer que também vou votar contrariamente, acho que o encaminhamento seria o mais correto este para que o governo possa permitir que quando as emendas entram aqui, elas devem ser respeitadas e discutidas e votadas com a vontade popular.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero aqui neste momento que perdemos no voto e tem que ficar quieto, mas tenho que deixar o meu repúdio, em que pese deixar claro ao Plenário que houve uma boa intenção do governo em

poder prolongar o prazo, porque quando veio para cá, li o projeto e disse: "Este projeto não pode passar na Assembléia, sob pena de nenhum de nós voltarmos a ser deputados," deixei bem patenteado isto. E esta Assembléia está dando um exemplo hoje de como tem que ser discutido qualquer projeto que aqui chega. Acho que de repente estamos tomando um novo rumo nesta Casa, de discussão, de ampliar, de fazer concessões e o senhor, quando comandou esta Mesa, fez muito isto, inclusive deu demonstrações a este Plenário disto.

Mas gostaria aqui nesta tarde de colocar que da forma como está sendo votado, as minhas emendas serão prejudicadas. O deputado Cartário disse que a placa é ultrapassada. Não é. Vamos fracionar, ou seja, a minha emenda difere da emenda do governo no prazo. Por quê? Vamos colocar aqui rapidamente para que todos possam entender: se aprovada a emenda do governo, o substitutivo geral, o governo arrecada os 230 milhões que é referente ao IPVA num período de seis meses. Com a minha emenda, o governo recebe os 230 milhões de reais em nove meses. Com a minha emenda, o governo recebe os 230 milhões de reais em nove meses. Só que tem um detalhe: não podemos nos esquecer que temos o pequeno empresário, o médio empresário que paga o IPVA também. E o médio empresário tem seus dois carros na sua empresa, e com a proposta do governo ele tem que tirar o dinheiro imediatamente. Com a proposta minha, do Ricardo Chab, ele não é obrigado a tirar o dinheiro imediatamente, porque vem a placa. Então, ele pode perfeitamente pagar um carro agora, terminar de pagar aquele e começar a pagar o outro e temos que pensar que é o pequeno empresário que dá emprego neste Paraná.

Então, por isso que brinquei com alguns deputados aqui o seguinte: a minha emenda é a emenda do povo, a outra é a emenda do poder. Fica na consciência de cada um.

Muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje pela manhã, quando lia um dos jornais de circulação estadual, vim com o firme propósito de votar contra a emenda que nós, deputados da base de sustentação do governo, estamos apresentamos, porque este jornal noticiava exatamente o que Vossa Excelência citou há poucos minutos atrás, que o governo havia recuado e teria ampliado o prazo de três para seis meses e que o desconto que era de 12% passou para 15%. isto não é verdadeiro, isto ocorreu graças a uma luta de toda a Bancada que dá sustentação ao governo e pude esclarecer agora, inclusive, com o jornalista desse jornal e fiz a seguinte pergunta, se essa matéria era um release que tinha sido mandado ao Palácio ou se era uma matéria feita pelo próprio jornalista e ele me confirmou que a matéria foi feita por ele.

Então, na verdade não podemos aqui jogar a culpa no governo. Voto favoravelmente a emenda apre-

sentada pela Bancada de sustentação ao governo e, discordando do meu colega de partido, deputado Ricardo Chab, porque acho que ela é mais justa. Seguindo exatamente a linha de raciocínio que o deputado Ricardo Chab seguia agora há alguns segundos atrás, se tivermos um pequeno empresário que tiver o azar de ter todos os seus carros com o final um e isto pode ocorrer, ele irá pagar exatamente no início, no primeiro mês e se tivermos um outro pequeno empresário que tiver a sorte de ter todos os seus carros com o final nove ele irá pagar seis meses depois. Então, acho que isto não é justo. O justo é que todos paguem independente da sorte ou do azar.

Então, por esta razão considero que a emenda da base de sustentação é mais justa, mais correta e por esta razão estou votando.

Agora, é importante que fique nos Anais desta Casa registrado, que este foi um trabalho dos senhores deputados e aqui também não quero apenas jogar o mérito para os deputados da base de sustentação. Todos os deputados. A Oposição faz o seu papel, estamos fazendo o nosso. Agora não podemos aceitar realmente que este mérito fique apenas do governo. Se dependesse do governo, infelizmente, teríamos o IPVA sendo votado em três meses, com 12% de desconto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, esta emenda foi fruto de uma ampla negociação. No decorrer desta semana, apesar do brilhante discurso que fez aqui o deputado Orlando Pessuti, ele foi convidado para conversarmos sobre o IPVA. Não fui atendido e por muitas vezes, nesta Casa, quando tivemos projetos para serem votados, reclamavam que não abríamos negociação...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Fui no seu gabinete, junto com o deputado Nereu Moura, no dia 04 de dezembro, quando estava sendo lançado o livro do Milton Ivan. Então, Vossa Excelência não está dizendo a verdade. Fomos, sim, atender ao seu chamado, em seu gabinete, para conversarmos sobre o IPVA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Gostaria que, quando estivesse encaminhando o deputado não fosse interrompido.

Por favor, com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Deputado Orlando Pessuti, talvez, não tenha me feito entender. Vou repetir as palavras que disse: convidei o deputado Orlando Pessuti, para conversarmos logo após a sessão de segunda-feira, - se não me falha a memória - ou de terça-feira, para tentarmos chegar a um

acordo sobre o IPVA. Não conseguimos nos reunir. Talvez, não tenha ido - não tinha esse conhecimento - ao meu gabinete. Mas não pode ser negado e nunca faltei com a verdade, deputado Orlando Pessuti. Se é uma das coisas que prezo na minha vida, é não faltar com a verdade. Quero dizer que não estou dizendo nada que não seja verdadeiro.

Outra questão, senhor presidente: estamos parando - houve uma proposta do governo inicial de três parcelas - negociamos para seis parcelas. Agora, há uma retórica do deputado, procurando mexer com os brios dos senhores parlamentares, que negociaram esta emenda substitutiva, para que eles não votem.

Ora, senhores deputados, se eu fosse um deputado de Oposição, não estaria propondo 20%, proporia 50% ou, talvez, a isenção, se fosse constitucional, porque ficaria fácil o discurso.

Tenho certeza absoluta, senhor presidente, que esta emenda é furto de entendimento dos senhores parlamentares, que quiseram subscrever e que aceitaram essa proposta e, por isso que entramos com essa emenda, apoiada pelos senhores parlamentares.

Quero dividir com todos os senhores parlamentares, mesmo aqueles que apresentaram propostas diferentes, que fizeram com que pudéssemos abrir essa negociação, avançar e melhorar as condições de pagamento.

Por isso, peço aos parlamentares que votem favorável a esse substitutivo-geral.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a emenda.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Está aprovada a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os senhores deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Vinte e cinco (25) senhores deputados aprovam a emenda.

Os senhores deputados que rejeita, queiram levantar-se.

Vinte (20) senhores deputados rejeitam a emenda.

Está aprovada a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Justificativa de Voto**)

Presidente peço a Vossa Excelência que registre votos favoráveis dos deputados, aos 20% de desconto em janeiro, 15% de desconto em fevereiro e pagamento e nove parcelas: Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Caíto Quintana, Antônio Annibelli, Hermes da Fonseca, Ademir Bier, Edson Stra-

passon, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Litro, Beraldin, Moysés Leônidas, Augustinho Zucchi, Ricardo Chab, Pastor Praczyk, Serafina Carrilho, Renato Gaucho e deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado. Atendendo a preferência, votamos agora a Emenda nº 12, aditiva ao substitutivo.

Em votação a emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, essa emenda aditiva é apenas para correção da tabela que todos sabemos que a correção pela UFIR foi extinta e estamos mudando pelo fator de conversão e atualização monetária.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito. **Aprovada.**

Iremos votar emenda por emenda. Emenda nº 1, firmada pelo deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

(**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nobres Pares.

Também queremos fazer coro àquela preocupação dos parlamentares que vêm suas emendas, seus projetos muitas vezes abafados pela Secretaria de Comunicação do governo do Estado. Então, é procedente esta preocupação, não quero derivar aqui, só para registrar que vários deputados, como Chab, como Luiz Carlos Martins, nós mesmos, hoje o Refis está terminando, esse é um trabalho nosso, dessa Assembléia e chega na Comunicação ficamos abafados e fica como sendo de iniciativa do governo.

Também quanto ao IPVA, não soframos isso, porque a nós fica só o ônus e o bônus não recebemos. Com relação a nossa emenda também aditiva, está o nosso colega Annibelli que propõe a isenção do IPVA para carros novos. Justificando, o Estado do Mato Grosso do Sul isenta de IPVA os veículos zero quilômetros comprados naquele Estado. O Paraná contribui para o ICMS do Estado de Mato Grosso do Sul em 30%, ou seja 30% dos carros novos são comprados lá no Mato Grosso do Sul por paranaenses devido a esse incentivo.

Então entramos com essa emenda, a pedido da Fenabreve que muito bem justificou dizendo: “O Paraná perde mais de 40 milhões de ICMS, por ano, e ganha com isso 8 milhões de IPVA, então, na contabilidade o Paraná sai perdendo.”

Mas já temos um avanço, em conversa com o deputado Valdir Rossoni nosso líder, houve por bem já dar um desconto de 5% para todos os veículos zero quilômetros comprados no exercício do ano 2001. Com isso creio que abre uma cratera para avançarmos para que possamos com isso, enquanto não houve isonomia tributária no País, vamos nos defendendo nestas artiman-

has montadas nessa guerra que existe em todo Brasil, em todos os Estados com relação à tributação.

Então senhor presidente, ficamos já satisfeitos, porque avançamos e vamos então, com isso, tenho certeza, trabalhar em prol do erário público paranaense que começa a ser protegido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não sei se entendi, deputado Braz Palma, Vossa Excelência retira a emenda?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Retirei porque já está contemplada, apesar de que é 5%, mas já é um avanço.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está deferido, está retirada a emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, acredito que isso deva ser esclarecido se é que estou entendendo a votação. Ao aprovar a preferência de votação do meu requerimento, votamos apenas o meu substitutivo geral em primeiro lugar.

Agora, é claro, senhor presidente, e aí coloco uma Questão de Ordem, que algumas emendas estão prejudicadas com aprovação do meu substitutivo geral, então, é isso que talvez não está sendo entendido pelo Plenário.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, a Mesa poderia informar ao Plenário, quais as emendas que foram prejudicadas?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Naturalmente que não é possível que façamos isso. Podemos votar todas as emendas em grupos, se Vossas Excelências assim definirem.

O SR. RICARDO CHAB

Mas há emendas conflitantes aí, são várias emendas conflitantes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência há de convir comigo que não tenho condições de ao colocar em votação analisar previamente todas as emendas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Se não fizer a exclusão de algumas que já foram aprovadas no substitutivo geral, evidentemente vamos estar votando duas emendas tratando do mesmo assunto e diferentes. A Mesa precisa passar essa informação, senão vamos votar duas emendas com o mesmo teor e conflitantes.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, é esta Questão de Ordem que coloquei para Vossa Excelência que ao votar o meu substitutivo geral das emendas ficam prejudicadas.

O SR. CAÍTO QUITANA (**Pela Ordem**)

Entendo que o projeto é apresentado, votado em 1ª discussão, na 2ª discussão é que são apresentadas inúmeras emendas, ele vai à CCJ, foi feito o substitutivo geral - votei contra o substitutivo mas foi feito. O substitutivo geral aprovado, conseqüentemente, estão as emendas rejeitadas. O que que cabe ao parlamentar? Cabe ele pedir destaque da emenda que ele eventualmente queira que aqui em Plenário vote.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É verdade deputado, porque tem emendas que não conflitam com o substitutivo geral, por isso coloco todas.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Data vênha, me desculpe, mas acho que, eu por exemplo, tenho uma emenda que não foi considerada no substitutivo. Caberia a mim requerer que essa emenda fosse discutida em Plenário, pedi um destaque dela, se não pedir o destaque da emenda ela está prejudicada, está derrotada, o meu entendimento seria esse.

O SR. VALDIR ROSSONI

O meu também, senhor presidente.

O SR. CESAR SILVESTRI (**Questão de Ordem**)

Se entendi, que fica claro o seguinte: todas as emendas que tratarem de parcelamento de prazo, de alteração de prazo e de desconto, ficam prejudicadas em função do substitutivo, e todas as outras serão apreciadas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente, é o que o deputado Caíto...

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência concedeu ao autor da emenda nº 01, que fizesse o encaminhamento de votação. Como a minha Emenda é nº 4, se refere ao mesmo tema e não está prejudicada na emenda que diz o deputado Rossoni que é dele, mas acho que é dos Partidos que compõem a base aliada.

Peço a Vossa Excelência que também coloque em votação, porque se trata do mesmo assunto da Emenda nº 01, para que pudéssemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É a questão do destaque.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, talvez tenha falado de uma forma errada e o deputado Annibelli não tenha entendido.

Vou reprisar aqui o que já falei.

A Emenda Substitutiva que apresentamos foi uma autoria de trinta senhores parlamentares. No meu entendimento, se Vossa Excelência não entendeu antes, não coloque em minha, boca, que eu disse que a Emenda é minha, porque não foi o que eu disse.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Desafio Vossa Excelência com as notas taquigráficas. Se Vossa Excelência não disse “a minha emenda”, peço escusas. Mas Vossa Excelência disse “a minha emenda”.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, em hipótese alguma.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Sabemos, que foi da Bancada, mas foi mal encaminhada, o nobre líder do Governo.

Não estou desmerecendo Vossa Excelência, absolutamente, só acho que Vossa Excelência foi muito possessivo em detrimento dos demais companheiros que honraram o vosso encaminhamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, não vou ficar ouvido lição de moral aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a decidir, juntamente com Vossas Excelências.

A partir do momento que eu anunciar a emenda, uma vez aprovado já o substitutivo geral, peço por gentileza, que se a emenda anunciada for conflitante com o substitutivo geral, por gentileza seja automaticamente excluída.

Emenda modificativa nº 2, de Plenário.

(**Lê Emenda**)

Parece-me que esta emenda está prejudicada em razão da aprovação do substitutivo geral.

Emenda nº 03, do deputado Antonio Annibelli. Para o item 03, do artigo 14 da Lei 11.280 passa a ter a seguinte redação.

(**Lê Emenda**)

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Estabelece a isenção, do IPVA para esta categoria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O deputado Annibelli vai encaminhar?

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Quero que vossa Excelência me diga, deputado Rossoni, se está prejudicada.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Acredito que a Emenda está prejudicada em função de um artigo do substitutivo, que prevê isenção para veículos com mais 20 anos.

Aí se refere a 25 anos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Emenda está totalmente prejudicada, deputado Annibelli e deputado Ricardo Chab.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Está entendido senhor presidente, reconheço do Substitutivo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Os taxistas podem deixar agora, porque temos a emenda do deputado Caíto Quintana na seqüência, que atende a questão dos taxistas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não chegamos lá ainda.

O SR. RICARDO CHAB (**Para Encaminhar**)

Só queria comunicar ao Plenário, senhor presidente, que essa Emenda dos táxis, já contempla um projeto do governo, há seis anos atrás nesse Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por essa razão está prejudicada.

Emenda nº 4, deputado Antonio Annibelli.

(**Lê Emenda**)

Trata-se do mesmo projeto apresentado pelo deputado Divanir Braz Palma.

O SR. ANNIBELLI

Mas, ela não está prejudicada, senhor presidente, a minha emenda.

O deputado retirou a sua emenda, deputado Divanir e eu não retirei.

Então gostaria de fazer um apelo aos companheiros no sentido de que o Paraná que vem dando um exemplo e foi o melhor projeto que foi apresentado nesta Legislatura, copiando um Projeto do Mato Grosso do Sul em que retira um centavo do litro de combustível gasolina e dois centavos do óleo Diesel para tapar os buracos das estradas do Paraná.

O meu projeto foi muito bem encaminhado em nosso gabinete pelo presidente da Fenabreve que mostra a Vossa Excelência, a mim e a outros deputados, que a isenção do primeiro pagamento de IPVA de veículos novos emplacados no Paraná e que são trinta mil que são emplacados no Mato Grosso, em Santa Catarina e São Paulo, o Paraná deixa de arrecadar três a quatro milhões por ano. Não só isso, mas deixa de dar emprego. São várias concessionárias fechando as suas lojas e diminuindo emprego, revisão e etc. Os 5% complementa em parte, porém estamos perdendo na guerra fiscal. O Paraná já foi 5ª Comarca de São

Paulo. Estamos importando do presidente do PFL indicação de secretários no Paraná e até defendo os deputados amigos do Giovani Gionédís, mas não admito que o Paraná inteiro venha a perder, porque qualquer dia, vamos ser a 5ª Comarca do Mato Grosso. Mato Grosso que tem um secretário da Fazenda que virá para Londrina, revolucionou aquele Estado e o Estado é um exemplo da administração hoje.

É o Zeca, do PT.

Por isso faço um apelo, não sou eu que sou tributarista.

Acompanho a política e sei o que é melhor para o meu Estado.

Se for derrotado, aceito, sou democrata. Peço a Vossa Excelência que coloque em votação porque estou agindo em favor do Paraná no trabalho do Paraná e em favor do governo do Paraná que eu não defendo e peço a isenção dessa palavra: “defendo o governo do Paraná”.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para encaminhar**)

Nós temos um estudo e eu posiciono e peço à Bancada do governo para que votemos contrários à Emenda, porque ao isentarmos os carros novos de taxa-ção, fica extremamente delicado aprovar a taxa-ção de veículos usados.

Se isentarmos os veículos novos, fica uma gestão para ser discutida quanto à parte que cabe aos municípios, que entra na questão da lei de Responsabilidade Fiscal.

A nossa posição é contrária à Emenda porque somos contra privilégios.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Qual o instrumento que há na Emenda que nos garanta que a isenção dada de ICMS ao primeiro veículo que venha a reverter em favor da pessoa que adquiriu o veículos e que ela fique com terceiros. Concorde com a questão de discutir se cada isenção que se dá de ICMS está se dando isenção no bolo tributário que é distribuído no município.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação.

Os que aprovam a Emenda que isenta os carros novos do IPVA, queiram levantar-se. 20 aprovam. Os deputado que rejeitam queiram levantar-se. 26 rejeitam. Rejeitada a Emenda.

Peço a atenção dos senhores deputados, porque enquanto votava-se com a nossa assessoria, as demais emendas de números: 09; 08; 07; 05; 06 e 13 todas elas contrariam dispositivos do Substitutivo Geral. Se Vossas Excelências fizerem questão de que enuncie cada uma

delas eu enuncio, mas posso afirmar que todas elas contrariam e ficam prejudicadas. **O Projeto passa para 3ª discussão.**

ITEM 3

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 047/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. **Aprovado.**

O SR. RICARDO CHAB (**Questão de Ordem**)

A sessão de amanhã será em que horário?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero fazer uma explicação. Já que estamos agindo da maneira mais democrática possível, que Vossas Excelências me ajudassem quanto à questão da Sessão de sexta-feira. Amanhã a sessão será na parte da tarde. Na sexta-feira, dia 15, regimentalmente devemos encerrar o nosso período legislativo. Questiono a Vossas Excelências se preferem pela manhã ou pela tarde. Se preferirem a Sessão que encerra o nosso período legislativo pela manhã, faremos pela manhã. Se Vossas Excelências preferirem na parte da tarde, faremos à tarde. Tão logo termine esta sessão votaremos, da mesma maneira que estamos votando os projetos agora.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 097/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 097/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, com o objetivo de elaborar, coordenar e executar a política estadual para a pessoa portadora de deficiência, nos termos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo Único - A coordenaria de que trata este artigo integrará a estrutura administrativa da Secretaria Estadual da Justiça.

Art. 2º - Compete a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde.

I - Assessorar o governador do Estado do Paraná na implantação, execução e acompanhamento das ações e medidas governamentais que se refiram a assuntos relati-

vos à pessoa portadora de deficiência no âmbito deste Estado;

II - elaborar os planos, programas e projetos da polícia estadual para integração da pessoa portadora de deficiência, bem como, propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

III - manter com os municípios e o Ministério Público, estreito relacionamento objetivando a concorrência de ações destinadas a integração das Pessoas Portadoras de Deficiência.

IV - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Estadual, no âmbito da política estadual para integração da pessoa portadora de deficiência;

V - desenvolver ações que levem a conscientização e a mobilização conjuntas do governo e da comunidade, visando a prevenção das causas, diagnósticos, educação, habilitação e reabilitação da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como a sua integração social;

VI - manifestar-se sobre a política estadual para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dos projetos estaduais a ela conexos, antes da liberação de recursos respectivos;

VII - incentivar e fortalecer a articulação das entidades representativas da Pessoa Portadora de Deficiência e das instituições prestadoras de serviço no atendimento específico a essas pessoas;

VIII - Ampliar as alternativas de inserção econômica da Pessoa Portadora de Deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho;

IX - garantir o efetivo atendimento das necessidades da Pessoa Portadora de Deficiência, sem cunho assistencialista;

X - articular-se com outras organizações congêneres nacionais e estrangeiras;

XI - convocar anualmente o Fórum Estadual para assuntos relativos a Pessoa Portadora de Deficiência composto por entidades representativas e instituições prestadoras de serviços públicos e privados.

Art. 3º - A Corde terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Conselho Deliberativo;

II - Coordenação Geral

§ 1º - O Regimento Interno da Corde a ser elaborado e aprovado pelo respectivo Conselho Deliberativo, será editado por decreto do chefe do Poder Executivo.

§ 2º - O Regimento Interno que se refere o parágrafo anterior definirá a competência do Conselho Deliberativo, da coordenação geral e respectivos setores, bem como as atribuições de seus integrantes.

Art. 4º - O Conselho Deliberativo, órgão máximo da Corde, representativo e deliberativo compondo-se de

12 (doze) integrantes nomeados pelo governador do Estado, da seguinte forma:

I - 06 (seis) representantes dos seguintes órgãos do governo estadual, indicados pelos seus respectivos titulares:

- a) Secretaria de Estado da Justiça
- b) Secretaria Estadual da Saúde
- c) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
- d) Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
- e) Secretaria de Estado da Educação
- f) Secretaria de Estado da Fazenda

II - 06 (seis) representantes das instituições prestadoras de serviços nas seguintes áreas:

- a) deficiência física (01);
- b) deficiência auditiva (01);
- c) deficiência visual (01);
- d) deficiência mental (01);
- e) condutas típicas (01);
- f) múltipla deficiência (01).

§ 1º - O presidente do Conselho Deliberativo a que se referem os incisos II e III serão eleitos através de fórum estadual para assuntos relativos a pessoa portadora de deficiência, previsto no inciso XII do art. 2º, desta lei.

§ 2º - O mandato dos componentes do Conselho Deliberativo, inclusive do respectivo presidente será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por apenas um período de igual duração.

Art. 5º - A Coordenação geral e órgão de planejamento da Corde, sendo integrada por um coordenador geral e por setores vinculados as seguintes áreas específicas:

- I - administração, finanças e legislação;
- II - articulação, mobilização, conscientização, sensibilização;
- III - educação, esporte, cultura e lazer;
- IV - profissionalização e trabalho;
- V - saúde, prevenção, habilitação e reabilitação;
- VI - transporte e barreiras ambientais;

§ 1º - O coordenador geral será nomeado pelo governador do Estado após escolha em lista tríplice.

§ 2º - Cada um dos setores previstos no *caput* deste artigo será coordenado por um subcoordenador.

I - os subcoordenadores serão indicados pelo coordenador geral da Corde.

II - os titulares dos cargos referidos serão preferencialmente pessoas portadoras de deficiência, com reconhecidas experiências no trato das questões específicas a estas relativas.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentais próprias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 193/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Casa do Pai, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 340/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que obriga o concursado a cargo público, a apresentar sua declaração de renda. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 340/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A administração pública estadual, para efeito de provimento de cargo de confiança em virtude da aprovação em concurso público, deverá exigir dos interessados a respectiva declaração de renda e de bens adquiridos até a data de sua nomeação.

Art. 2º - O não cumprimento da providência acarretará a suspensão da nomeação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 362/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Pinheiros de Mandirituba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 362/2000
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Pinheiros, com sede no município de Mandirituba e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui a região metropolitana de Paranaíba e dá outras providências. **Aprovado.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 2523, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Antonio Annibelli, Renato Gaúcho e demais senhores deputados, constante do expediente. **Não acatado.**

Esta Presidência já encaminhou este projeto à Comissão de Constituição e Justiça, como o presidente da C.C.J. avocou para si, deixo de receber o requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, me permita discordar da decisão tomada por Vossa Excelência, o artigo 107 do Regimento Interno é claro a respeito desse assunto, a sessão plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral por proposta conjunta de Líderes ou por um terço dos membros sob a direção do seu presidente para debater sobre relevante matéria, estudar assunto ou outro fim determinado.

Ora, nós temos 22 assinaturas, contempla o solicitado no Artigo 107. Portanto, eu não posso e solicito de Vossa Excelência que refaça a decisão, porque um terço dos senhores parlamentares assinaram. E o fato de ontem nós termos dado entrada neste mesmo expediente e ter sido encaminhado à C.C.J. e o senhor presidente da Comissão, deputado Basílio Zanusso ter avocado a si a relatoria, não invalida a disposição que hoje está sendo tomada para este requerimento.

Portanto, solicito a Vossa Excelência com a compreensão do plenário, para que submeta a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu me socorro do § 2º, do Artigo 107, o requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral, só será submetido a discussão e votação decorridos as 24 horas da sua apresentação e deverá conter desde logo o objeto, o dia e hora da reunião.

Veja Vossa Excelência o requerimento está sendo apresentado hoje, ele só poderá ser discutido e deliberado se aceita o requerimento ou não, na sessão de amanhã. Portanto, eu me socorro disso, e peço a Vossa Excelência que a decisão seja tomada amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Pessuti, estou procurando ser o mais democrático possível e o mais imparcial possível e explico porque: o projeto não recebeu emendas, nós encaminhamos à C.C.J. apenas, porque foi requerido desta maneira para que a C.C.J. desse o seu Parecer.

Não tem nem número, este projeto. Então, quando o presidente da C.C.J., por livre arbítrio entendeu, avocou a si, seria um desrespeito, hoje, nós transformarmos esta Plenária em Comissão Geral, deputado. Estou sendo o mais democrático possível.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Presidente Nelson Justus, eu acho que o desrespeito, primeiro, é ao Regimento Interno, artigo 107, e aos vinte e dois deputados que subscreveram. Peço que acolha e amanhã nós resolveremos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para transformar em Comissão Geral, para amanhã, não posso pedir que seja votado, passar este projeto para amanhã, colocá-lo na Ordem do Dia ou coisa parecida, de maneira alguma. Não há condições para isto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Não vejo, é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sequer numeramos este projeto, deputado. Vossa Excelência encaminhou ofício que foi enviado à Comissão de Constituição e Justiça. O presidente avoca para si e nos aguardamos. Espero que amanhã o deputado, presidente da Comissão de Constituição e Justiça possa até dar seu parecer. Espero que faça isto.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Requeiro a Vossa Excelência, não sei se seria oportuno, talvez ouvirmos o pronunciamento do presidente da

C.C.J. para que ele se manifeste, quais os motivos que chamou para si este projeto, visto que tem 22 assinaturas deste Plenário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem)

Pediria a palavra a Vossa Excelência mesmo que não houvesse a observação do deputado Neivo Beraldin, que é da minha obrigação.

A C.C.J. tem trabalhado, tem-se reunido feito todo o esforço possível para atender a todas as proposições, projetos, mensagens que tem chegado a ela. E apenas hoje a presidência da C.C.J. recebeu expediente, este que é motivo da discussão, requerimento assinado por inúmeros deputados, parece-me que tem até a assinatura do deputado Pessuti, e acompanhado do projeto Legislativo que como Vossa Excelência falou até sem número. Mas, lá na C.C.J. dada a importância do assunto, a polêmica que ele pode gerar e sendo desconfortável ter naquela oportunidade indicado relator para a matéria, eu avoquei para a presidência manifestar-se, dentro do prazo regulamentar que nós temos. E não o fiz hoje porque é impossível. Estamos reunidos desde as 14:30hs aqui, e quando a C.C.J. instalou-se, 13:30 horas, foi impossível para a presidência pronunciar-se sobre este pedido, sobre o encaminhamento deste requerimento para aquela comissão. Até porque, senhores, nós sabemos pelos discursos pronunciados nesta Casa, devem alguns deputados, ou a Oposição ou alguns partidos que fazem Oposição, ingressar no Judiciário contra ato do senhor governador que nomeia os atos que nomearam por decreto dois auditores, junto ao Tribunal de Contas.

Portanto, peço vênica, mas seria impossível este pronunciamento, deputado Neivo Beraldin. E o farei na oportunidade regimental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Até por uma Questão de Ordem e uma questão, mais uma vez, de equilíbrio, não se pode imaginar que o presidente da C.C.J. que tem dado uma contribuição extraordinária para esta Casa, depois de mais de cinco horas de sessão, até porque a C.C.J. iniciou às 13:30hs, ele possa, sem condições de dar seu Parecer porque imagino que isso deva acontecer o mais rápido possível.

Requerimentos nºs 2494, 2496 e 2497, de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2500, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506 e 2507, de autoria do senhor deputado Orlando Pes-

suti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2511, 2512, 2513, 2514, 2515 e 2516, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2517, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Defiro à Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2521, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente.

Requerimento nº 2522, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009, 404/99, 090, 386 e 399/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 597/99 e 431/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 404 e 314/2000.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 041ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

13 DE DEZEMBRO DE 2000

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Cesar Seleme.

Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio

Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 347/2000 de autoria do deputado Chico Noroeste que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Ademir Bier.

REQUERIMENTO Nº 2525

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de Títulos de Cidadania Honorária ou Benemerita, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, por 05 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 423, item 10, em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 13.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento nº 2525 de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões.

Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura, criando o Conselho de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA - **Aprovada.**

Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 120/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marumbi, com sede no município de Marumbi e foro no município da Jandaia do Sul. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 307/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que institui o Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiveram certificado de até 30 de junho de 1999 e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DE PLÊNARIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA Nº 01 DE PLÊNARIO E CONTRÁRIO À EMENDA Nº 02 DE PLÊNARIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**01) do Parecer**

O Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre o título de cidadão honorário ou benemérito, recebeu uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, para declarar que “o Projeto de Lei que versar sobre a concessão de título de cidadão honorário transcorrerá nas Comissões e na Sessão Plenária com votação secreta”.

Encaminhado ao Plenário, foi aprovado em 1ª Discussão, sendo apresentadas na ocasião duas emendas, de autoria do deputado Edson Strapasson.

A primeira emenda acrescenta mais três incisos no artigo 1º do Projeto de Lei, ampliando os requisitos para concessão de título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, enquanto que a segunda emenda dispõe que “o Projeto de Lei que versar sobre a concessão de título de cidadão honorário transcorrerá nas Comissões e na Sessão Plenária com votação secreta e maioria absoluta”.

Assim, a primeira emenda do deputado Edson Strapasson pode ser acolhida parcialmente em relação aos seus incisos IV e V, para acrescentar no artigo 1º do Projeto de Lei nº 090/2000 mais dois requisitos necessários à concessão do título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito: ter a pessoa reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensível e ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Em consequência do acolhimento dessa primeira emenda, o artigo 1º do Projeto de Lei passa a conter 5

(cinco) incisos estabelecendo requisitos para concessão do título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, ao invés de 3 (três).

Diante desse fato, entendo que o “caput” do artigo 1º também deve sofrer uma emenda, ampliando o número mínimo de requisitos para concessão do título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito de 1 (um) para 2 (dois).

A segunda emenda do deputado Edson Strapasson deve ser rejeitada, pois a Emenda anteriormente aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e o artigo 169 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, com a nova redação dada pela Resolução nº 16/99, já concedam títulos de cidadania honorária e benemérita”.

02) do Voto

Do exposto, somos de Parecer Favorável, nos termos do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer, Carlos Simões, Antônio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Nereu Moura, César Seleme, Durval Amaral, Algaci Túlio, Waldyr Pugliesi e Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**SUBSTITUTIVO GERAL****PROJETO DE LEI Nº 090/2000**

Art. 1º - O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área da filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º - Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º - Cada partido político poderá apresentar até 4 (quatro) títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, a sua escolha, por legislatura;

§ 2º - O partido político que possuir até 3 (três) deputados representando-o na Assembléia Legislativa só

poderá apresentar 2 (dois) títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, a sua escolha, por legislatura.

§ 3º - A deliberação do partido político para concessão do título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será tomada em reunião de bancada e por deliberação da maioria absoluta dos deputados que o representam e tem assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3º - O projeto de lei que versar sobre concessão de título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito esta sujeita a deliberação mediante votação secreta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1.967 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHIA - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, sei que Vossa Excelência colocaria em votação um requerimento de minha autoria solicitando a retirada do presente projeto por 5 Sessões. No entanto, conversando com o deputado Cesar Silvestri, argumentando os pontos de vista que tenho a ele me dizendo da urgência de que se estabeleça pelo menos um mínimo de normas para concessão de título de cidadão honorário, vou retirar o requerimento para que aprove-mos o projeto, mas, desde já quero deixar claro ao deputado Cesar Silvestri também, que no início da legislatura nós apresentaremos emendas a este Projeto que estará já sancionado, porque acho que, por exemplo, o artigo 2º que diz que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia apresentar projetos concedendo títulos de cidadão honorário, é uma diminuição da capacidade do deputado, da ação do parlamentar que, individualmente, pode propor e assume a responsabilidade do que propôs.

Quer dizer, não é o partido quem concede, é o Parlamentar quem concede aqui na Casa. Mas, como não cabe emenda supressiva neste instante e se tirar de sessão, também vai votar em 2ª Discussão e não vai poder fazer nova emenda, eu retiro, aprovamos de comum acordo com deputado César Silvestri, para mudarmos isto na sequência.

O SR. CÉSAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Primeiramente quero agradecer ao deputado Caíto Quintana, mas, para esclarecer aos senhores deputados.

Na verdade o nosso objetivo é valorizar o maior título que um cidadão pode receber, no Estado do Paraná, que é Título de Cidadania Honorária e Benemérita concedido por esta Casa.

Nós tínhamos que ter um critério, e Vossa Excelência pode contribuir e, com certeza, contribuirá melhorando este projeto, depois transformado em lei com a

sanção do governador, porque se nós deixássemos a iniciativa aos deputados, pura e simplesmente, nós não teríamos a redução no número de títulos. Então, a idéia talvez não seja partido político, talvez seja uma comissão supra partidária, enfim, toda sugestão que seja dada será bem-vinda, mas tenho certeza absoluta que nós comungamos do mesmo pensamento que é na verdade valorizar os títulos de cidadania honorária e benemérita do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu quero registrar pelos argumentos que fez o deputado Caíto Quintana o meu voto contrário porque entendo que o projeto engessa demais ao estabelecer quatro projetos por partido, por legislatura, ou seja, no máximo um por ano por partido. Então não há tempo para emendar, a gente não tem tempo de ler todos os projetos que tramitam na Casa, até porque ainda não temos a necessária informatização da Casa para saber tudo o que está tramitando.

Então, por esta razão, eu, por uma questão de consciência pessoal e só por esta razão voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que determina que os 1ºs tenentes PM - Músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a reserva remunerada com os proventos de capitão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a concessão de período reservado a estudos, planejamentos e avaliações das atividades Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E.M.A. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 141, de 19.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 335/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a concessão de período reservado a estudos, planejamento e avaliações

das atividades docentes no ensino fundamental, na Rede Pública Estadual de Ensino.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa nosso Parecer é favorável a este projeto de lei na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 335/2000.**

Art. 1º - Fica, o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a instituir a hora atividade em benefício dos professores da Rede Estadual de Ensino, período em que desempenham atividades relacionadas com a docência no local de seu exercício.

Art. 2º - A partir do ano letivo de 2001, independentemente do regime a que se achem subordinados, esses professores terão direito a um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de sua jornada de trabalho a título de hora atividade.

Parágrafo Único - Após dois anos da implantação o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) deverá ser revisto visando a sua ampliação.

Art. 3º - Os professores contratados sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, terão o direito estabelecido no *caput* do artigo 2º, desde que lhes sejam atribuídas, o mínimo de 04 (quatro) horas aula semanais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 335/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Ademir Bier, objetiva dispor sobre a concessão de período reservado a estudos, planejamentos e avaliações das atividades docentes no ensino fundamental, na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná.

Podemos observar que sobre a matéria já foi apresentado Parecer Favorável com emenda Substitutiva da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta comissão, conforme determina o § 3º do art. 33, do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação, pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Élio Rusch - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 335/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, dispõe sobre a concessão de período reservado a estudos, planejamentos e avaliações das atividades docentes no ensino fundamental, na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, entende que não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela aprovação da proposta e questão.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de direito no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAC.C.J. e C.E.M.A. (Publ. no D.A. nº 147, de 30.10.2000).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 347/2000**

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Unioeste, notabilizou-se o anseio da população iguaçuense em expandir os cursos superiores ofertados pelo Campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abastecerão o mercado de trabalho desta região.

Face os resultados desta pesquisa, o curso de direito na área de ciências humanas, registrou o expressivo indicativo de 72,17% de preferência dos entrevistados.

O presente projeto de lei tem caráter meramente autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao

Poder Executivo de criar e implantar o curso supra citado no Campus de Foz do Iguaçu da Unioeste. Por isso, entende esta Comissão de Constituição e Justiça, que não há nenhum óbice para aprovação do projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, chamada esta Comissão a opinar, somos de parecer Favorável, uma vez que concluímos sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 347/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de direito no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Unioeste, notabilizou-se o anseio da população iguaçuense, em expandir os cursos superiores ofertados pelo Campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abastecerão o mercado de trabalho desta região.

Conclusão

Diante do exposto, chamada esta Comissão a opinar, somos de parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
ALGACI TÚLIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Élio Rusch, com apoio do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do dia, por 10 (dez) sessões - **Aprovado**. Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 347/2000

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao senhor Joseti Antonio Meimberg, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovada. (Publ. no D.A. nº 179, de 06.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 421/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Joseti Antonio Meimberg, e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/2000, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE LEI Nº 423/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada, como parte integrante da Governadoria, a assessoria do governador, composta por assessores especiais do governador e por assessores da Governadoria a quem compete executar trabalhos específicos determinados pelo governo do Estado, assistir e assessorar o chefe do Poder executivo nas questões referentes a providências e iniciativas do seu expediente pessoal, bem como cumprir outras missões que lhes sejam atribuídas pelo governador do Estado.

Art. 2º - Com relação às Secretarias de Estado:

I - Fica transformada a Secretaria de Estado da Chefia de Gabinete do governador em Secretaria de Estado da Integração Regional - SEIR, incorporando-se ao seu campo de ação o desempenho das funções de integração da ação governamental dos diversos setores da administração pública, no âmbito regional e de outras atividades correlatas.

II - Fica transformada a Secretaria de Estado da Administração em Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, incorporando-se ao seu âmbito de ação a coordenação das políticas de seguridade funcional, no âmbito da administração pública do Estado do Paraná.

III - Fica transformada a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico em Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEIT, incorporando-se ao seu âmbito de ação as atividades relativas à definição de diretrizes, ao planejamento e à implementação da política de governo na área do turismo.

IV - Em consequência do disposto no inciso III deste artigo, fica extinta a Secretaria de Estado do

Esporte e Turismo, criada pela Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995.

Art. 3º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, as entidades da administração indiretas e os entes de cooperação, passam a vincular-se às Secretarias de Estado, conforme se indica:

I - o serviço social autônomo ParanaPrevidência passa a vincular-se, por cooperação, à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência;

II - a entidade autárquica Paraná Turismo, o Centro de Convenções de Curitiba S/A e o serviço social autônomo Ecoparaná passam a vincular-se à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Art. 4º - As atividades pertinentes à defesa dos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade administrativa e à defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos, contra atos e omissões cometidas pela administração pública estadual ficam incorporadas ao âmbito de ação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

Art. 5º - As atividades relativas à administração do sistema penitenciário, bem como as concernentes à supervisão e à fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção que integram a esfera de competência da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU ficam transferidas para o âmbito de ação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP.

Art. 6º - O âmbito de ação administrativa dos grupos setoriais integrantes da Casa Civil abrange as unidades da Governadoria de que trata o Art. 1º desta lei.

Art. 7º - Fica extinta, do âmbito da Governadoria, a função de assessor especial do governo, de que trata a Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Art. 8º - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito do Poder Executivo estadual:

I - na Governadoria: 01 (um) cargo de assessor espacial de governo e 01 (um) cargo de assessor especial do governador, símbolo AE-1;

II - na Secretaria de Estado do Esporte e Turismo: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de coordenador, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de assistente, símbolo 1-C;

III - na Secretaria de Estado da Fazenda: 01 (um) cargo de chefe de grupo orçamentário e financeiro setorial, símbolo 1-C.

Art. 9º - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito do Poder Executivo Estadual:

I - na governadoria: 01 (um) cargo de assessor da Governadoria, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de assessor da Governadoria, símbolo DAS-3; 05 (cinco) cargos de assessor da Governadoria, símbolo DAS-5;

II - na Secretaria de Estado da Segurança Pública: 03 (três) cargos de diretor de Penitenciária Estadual, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de vice-diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C; 03 (três) cargos de chefe de segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C.

Art. 10 - Os servidores, cargos e carga patrimonial das Secretarias de Estado, ora extintas, ficam à disposição do Poder Executivo para utilização pelos órgãos e entidades transformados por esta lei.

Art. 11 - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e a proceder o remanejamento dos cargos de provimento em comissão, para implantação das estruturas organizacionais decorrentes da presente lei.

Art. 12 - Consideram-se equivalentes as denominações anteriores das Secretarias de Estado e de seus titulares, especialmente para efeito de leis e decretos anteriores e para questões operacionais relativas ao uso de papéis, documentos, carimbos e outras marcas oficiais.

Art. 13 - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes que se encontram em execução pelos órgãos extintos terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída a competência dos serviços nos termos desta lei, à exceção daqueles destinados por decreto.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações dos orçamentos dos exercícios de 2000 e 2001, no que se refere aos órgãos atingidos pela presente lei.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 15 - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos decorrentes dos dispositivos desta lei.

Art. 16 - Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a responsabilidade pela reformulação dos atos organizacionais dos

órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta lei.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 423/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa dispor sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 423/2000.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 36/2000, que dispõe sobre a delimitação do perímetro da Área de Proteção Ambiental - APA do Passaúna, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 185, de 12.12.2000 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 431/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a delimitação do perímetro da Área de Proteção Ambiental - APA do Passaúna, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Teixeira Soares, imóvel conforme especifica, com registro da Comarca de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 185, de 12.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 432/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Teixeira Soares, imóvel conforme especifica, com registro da Comarca de Ponta Grossa - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 185, de 12.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 433/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Consórcio Intergestores Paraná Saúde.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Solicito à Mesa Executiva que por favor coloque na Ordem do Dia de amanhã o Projeto nº 199/2000 da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da proteção às testemunhas, senão não haverá tempo de aprová-lo, 199/2000.

Aproveito também para registrar aqui a presença da vereadora eleita pelo PT na cidade de São Jerônimo da Serra, Cleide Pinheiro, que foi ex-primeira dama daquele município e agora foi eleita vereadora. Seja bem-vinda. Sucesso na sua nova carreira. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quinta-feira, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 169, 392 e 412/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 314, 421, 432 e 433/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2000.

Levanta-se a sessão.